



Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2022

1ª edição





Conselho de Administração

Presidente

Synésio Batista da Costa

Vice-Presidente

Carlos Antonio Tilkian

Conselheiros

Antonio Carlos Manssour Lacerda, Carlos Antonio Tilkian, David Baruck Diesendruck, Eduardo José Bernini, Elizabeth Maria Barbosa de Carvalhaes, Euclésio Bragança da Silva, Fernando Vieira de Figueiredo, Fernando Vieira de Mello, Humberto Barbato Neto, José Eduardo Planas Pañella, Luiz Fernando Brino Guerra, Morvan Figueiredo de Paula e Silva, Rubens Naves, Synésio Batista da Costa e Vitor Gonçalo Seravalli

Conselho Fiscal

Bento José Gonçalves Alcoforado, Rafael Antonio Parri e Sérgio Hamilton Angelucci

Secretaria Executiva

Victor Alcântara da Graça

Ficha Técnica

Texto

Caroline Rodrigues Miranda e João Pedro Sholl Cintra

Edição

João Pedro Sholl Cintra

Colaboração

Djair Costa da Silva, Juliana Mamona, Marta Volpi, Raquel Farias Meira e Victor Alcântara da Graça

Ilustração

Caiena

Revisão de Texto e Copy Desk

Eros Camel | © Camel Press

Projeto Gráfico

Eric Barioni/R2 Editorial

Diagramação e Arte-Final

Tre Comunicação

Impressão

Grupo Cocktail

Tiragem

1.000 exemplares

Carta do Presidente

Apresentamos a nona edição do *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil*, lançado com o objetivo de traçar um panorama geral da infância e adolescência no país a partir da análise e exposição dos principais indicadores sociais do Brasil e suas regiões, relacionados com essa população.

Diferentemente de anos anteriores, além de organizarmos os indicadores relacionando-os com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), concentramos esforços em apontar os primeiros reflexos e impactos dos últimos dois anos da pandemia de covid-19 no Brasil. Os dados que utilizamos são de fontes públicas, importantes para monitorar e avaliar os avanços no cumprimento das metas associadas aos ODS, orientar decisões e prioridades em políticas públicas e para o conhecimento da situação da infância e adolescência no Brasil.

A maior parte dos indicadores selecionados também está disponível no *Observatório da Criança e do Adolescente* (<http://observatoriocrianca.org.br>), onde é possível comparar os dados entre regiões, estados e municípios brasileiros, permitindo ainda o compartilhamento das informações pesquisadas em redes sociais e gerar planilhas com os dados pesquisados.

Crianças e adolescentes, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, devem ser público prioritário de ação para

os países comprometidos com o desenvolvimento sustentável, com a redução da pobreza e da desigualdade e com a promoção da justiça, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

Esperamos que o **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2022** seja material de consulta e auxilie na incidência política e na luta pela garantia e promoção de direitos da infância e da adolescência.

Obrigado e boa leitura!



Synésio Batista da Costa
Presidente

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA*

Aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1959.

Todas as crianças têm direito:

- 1 – A igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade;
- 2 – A especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social;
- 3 – A um nome e a uma nacionalidade;
- 4 – A alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe;
- 5 – A educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente;
- 6 – A amor e a compreensão por parte dos pais e da sociedade;
- 7 – A educação gratuita e a lazer infantil;
- 8 – A ser socorrida em primeiro lugar, em caso de catástrofes;
- 9 – A ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho;
- 10 – A crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Em 12 de outubro de 1990, entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco histórico na garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

(*) Elaborado por Raquel Altman.

Missão

Promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes.

Visão

Uma sociedade justa e responsável pela proteção e pelo pleno desenvolvimento de suas crianças e seus adolescentes.

Valores

Ética, transparência, solidariedade, diversidade, autonomia e independência.

SUMÁRIO

A criança e o adolescente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	9
Principais indicadores da infância e adolescência.....	11
Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	13
População.....	14
Renda.....	18
Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável	23
Nutrição.....	24
Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	27
Mortalidades.....	28
Gravidez na adolescência.....	34
Saúde materna e neonatal.....	35
Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	39
Educação Infantil.....	40
Ensinos Fundamental e Médio.....	42

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	55
A transversalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	56
Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e o manejo sustentável da água e do saneamento para todos	63
Acesso à água.....	64
Acesso ao esgotamento sanitário.....	66
Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos	71
Trabalho infantil.....	72
Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	79
Renda.....	80
Educação Infantil – acesso a creches.....	83
Saúde.....	84
Condições de habitação e moradia.....	85
Violência.....	88
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	91
Moradia.....	92
Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	101
Violência.....	102

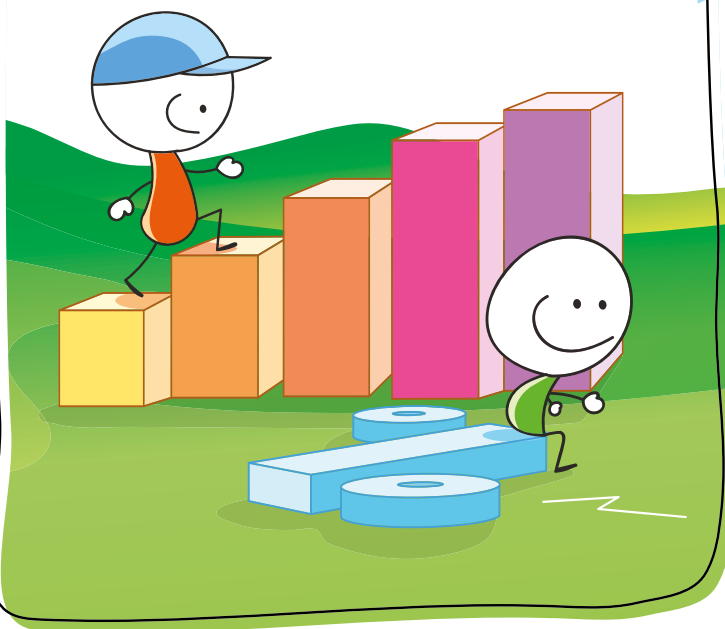
A criança e o adolescente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Em setembro de 2015, os Estados-Membro da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram, por unanimidade, o documento *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, contendo 17 objetivos e 169 metas que devem ser cumpridas por todos os países do mundo, construindo o caminho para a erradicação da pobreza, redução das desigualdades e dos impactos das mudanças climáticas e promovendo a justiça, a paz e a segurança de todos.

O monitoramento e o cumprimento dessa agenda pelos governos têm o potencial de impactar positivamente a vida das crianças e dos adolescentes no mundo e no Brasil. Tendo a adaptação nacional dos principais objetivos e metas que contribuirão para a qualidade de vida, bem-estar, cidadania e segurança das crianças e dos adolescentes, distribuímos as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se relacionam diretamente com os indicadores expostos, contribuindo para seu monitoramento.

Principais indicadores da infância e adolescência





**Acabar com a pobreza
em todas as suas
formas, em todos
os lugares**





Objetivo 1

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

População

Em 2021, estimava-se que 70,4 milhões de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade residiam no Brasil.

A Região Sudeste, sendo a mais populosa do país, concentra pouco menos de duas em cada cinco (38,1%) crianças, e também adolescentes, dessa faixa etária. Considerada a proporção regional, entretanto, a Região Norte é aquela a apresentar maior concentração de crianças e adolescentes em relação à sua população, superando 41,6% de seus residentes.

População brasileira segundo grupo etário – Brasil e Grandes Regiões, 2021

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO ENTRE ZERO E 19 ANOS DE IDADE	PROPORÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE ZERO E 19 ANOS DE IDADE
Região Norte	18.906.962	7.863.992	41,6%
Região Nordeste	57.667.842	20.905.623	36,3%
Região Sudeste	89.632.912	26.826.150	29,9%
Região Sul	30.402.587	9.251.336	30,4%
Região Centro-Oeste	16.707.336	5.595.426	33,5%
Brasil	213.317.639	70.406.587	33,0%

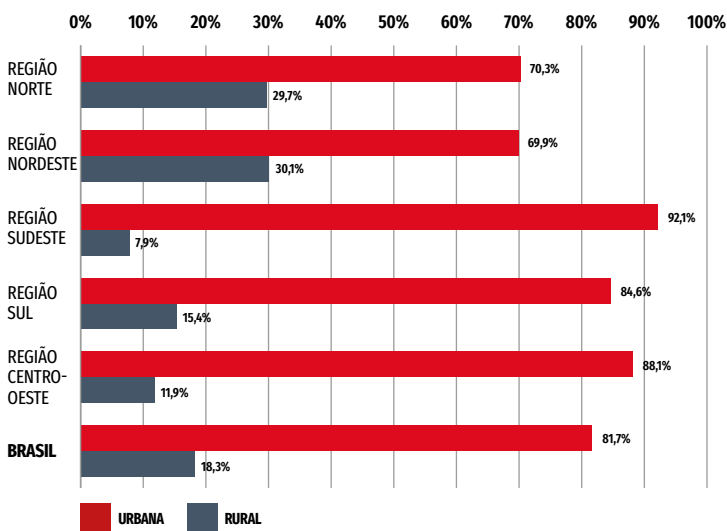
Fonte: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2021).

¹ As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais em 12 municípios da Região Norte e 18 da Região Nordeste.

A distribuição da população de crianças e adolescentes de até 19 anos de idade, em relação à situação dos domicílios (rurais e urbanos), demonstra que a população desta faixa etária que reside em domicílios rurais se concentra, majoritariamente, nas Regiões Norte e Nordeste.

Nas três Regiões restantes (Sudeste, Sul e Centro-Oeste), a maioria da população de até 19 anos de idade reside em domicílios urbanos.

Proporção de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo situação de domicílio – Brasil e Grandes Regiões, 2021



Fonte: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2021).

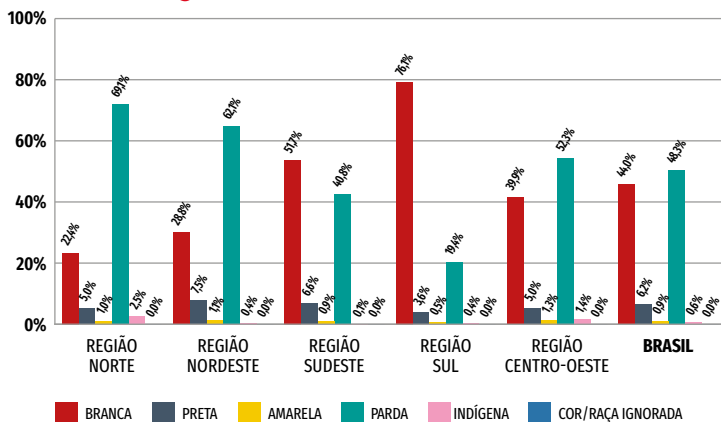
² As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais em 12 municípios da Região Norte e 18 da Região Nordeste.

Crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo situação de domicílio – Brasil e Grandes Regiões, 2021

GRANDES REGIÕES	URBANA	RURAL
Região Norte	5.527.019	2.336.973
Região Nordeste	14.610.639	6.294.984
Região Sudeste	24.716.012	2.110.138
Região Sul	7.822.741	1.428.595
Região Centro-Oeste	4.931.347	664.080
Brasil	57.549.253	12.857.334

Fonte: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2021).

Proporção de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo cor/raça – Brasil e Grandes Regiões, 2021



Fonte: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2021).

³ As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais em 12 municípios da Região Norte e 18 da Região Nordeste.

⁴ Idem.

Crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo cor/raça – Brasil e Grandes Regiões, 2021

LOCALIDADE	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	COR/RAÇA IGNORADA
Região Norte	1.761.363	392.140	79.177	5.430.714	200.191	407
Região Nordeste	6.021.628	1.571.208	236.014	12.980.699	93.563	2.511
Região Sudeste	13.856.766	1.763.201	228.113	10.943.274	30.185	4.611
Região Sul	7.037.538	333.504	50.331	1.795.649	34.455	310
Região Centro-Oeste	2.233.456	278.342	75.161	2.928.904	78.624	941
Brasil	30.946.565	4.352.396	667.631	34.008.013	423.191	8.792

Fonte: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2021).

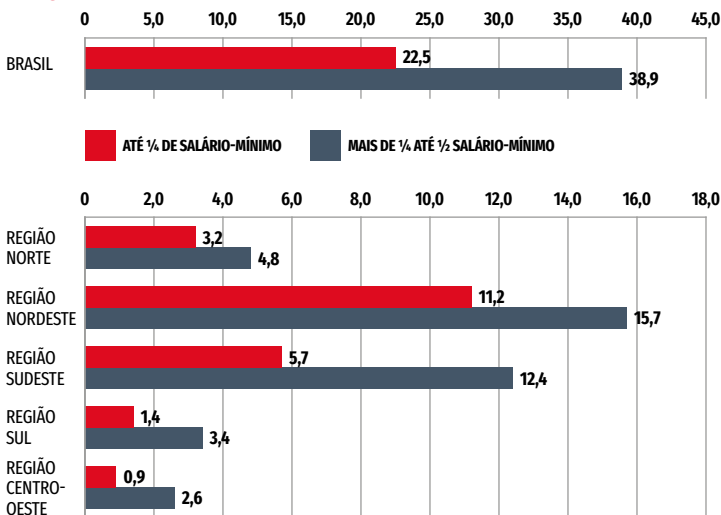
⁵ As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais em 12 municípios da Região Norte e 18 da Região Nordeste.

Renda

Meta 1.2 – Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.

Em 2020, aproximadamente 61,4 milhões de pessoas declararam viver com renda domiciliar mensal *per capita* de até meio salário-mínimo (R\$ 522,50), sendo que 22,5 milhões dessas pessoas informaram viver com metade dessa renda (R\$ 261,25).

População vivendo nas classes de rendimentos mais baixos (em milhões) – Brasil e Grandes Regiões, 2020

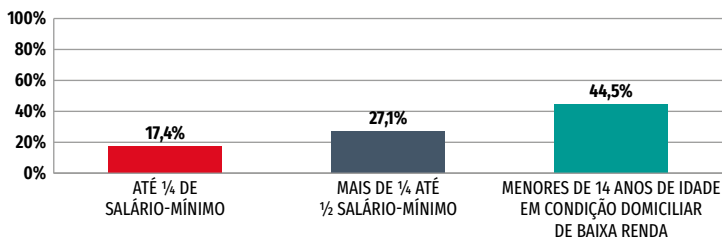


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Renda domiciliar mensal per capita de até meio salário-mínimo: equivalente a R\$ 522,50 em valores de 2020.

Renda domiciliar mensal per capita de até um quarto de salário-mínimo: equivalente a R\$ 261,25 em valores de 2020.

Proporção de crianças e adolescentes de zero a 14 anos de idade vivendo nas classes de rendimentos mais baixos – Brasil, 2020

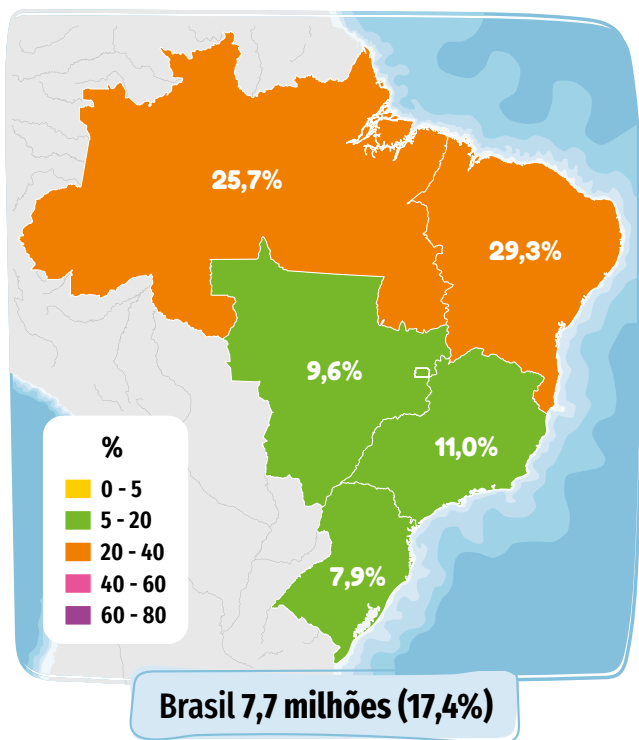


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Renda domiciliar mensal per capita de até meio salário-mínimo: equivalente a R\$ 522,50 em valores de 2020.

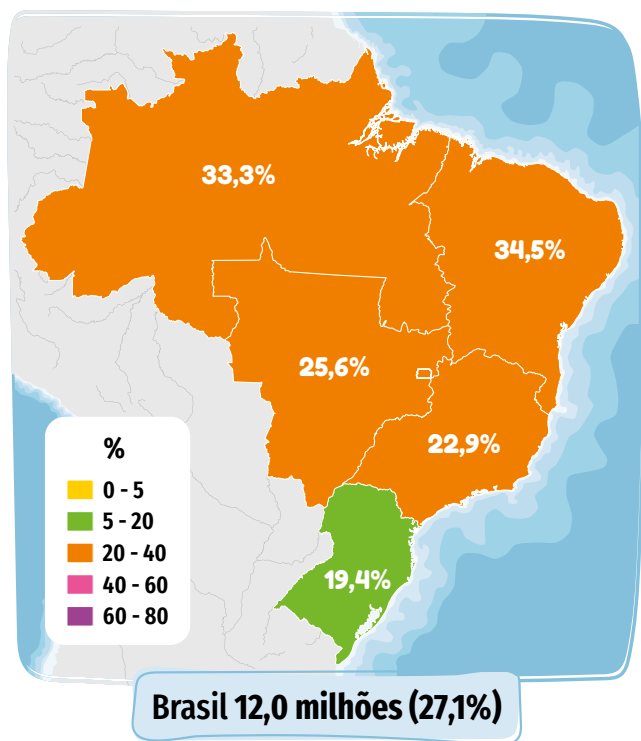
Renda domiciliar mensal per capita de até um quarto de salário-mínimo: equivalente a R\$ 261,25 em valores de 2020.

Proporção de crianças e adolescentes de zero a 14 anos de idade vivendo na classe de rendimento de até um quarto de salário-mínimo *per capita* – Brasil e Grandes Regiões, 2020



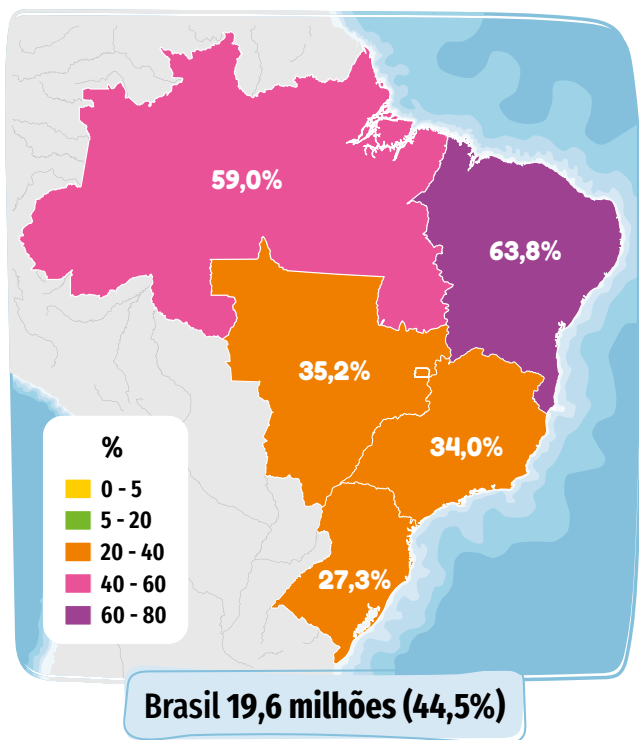
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Proporção de crianças e adolescentes de zero a 14 anos de idade vivendo na classe de rendimento de mais de um quarto a meio de salário-mínimo *per capita* – Brasil e Grandes Regiões, 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

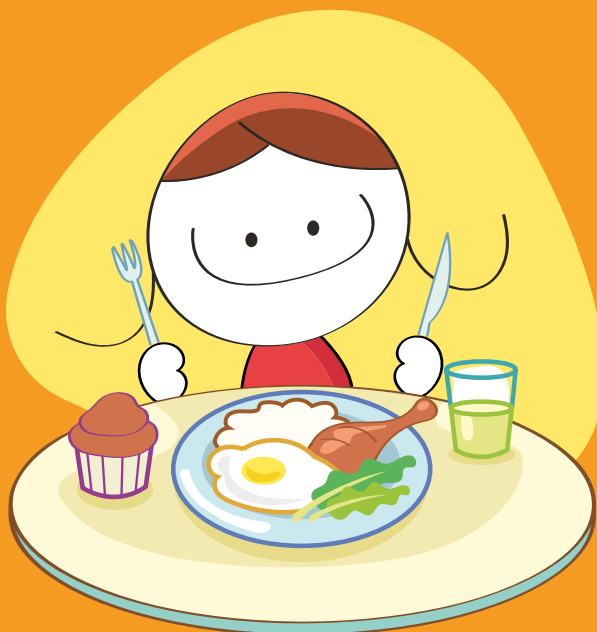
Proporção de crianças e adolescentes de zero a 14 anos de idade vivendo na classe de rendimento de meio salário-mínimo *per capita* – Brasil e Grandes Regiões, 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

**Acabar com a fome,
alcançar a segurança
alimentar e a melhoria
da nutrição, e promover
a agricultura sustentável**

2





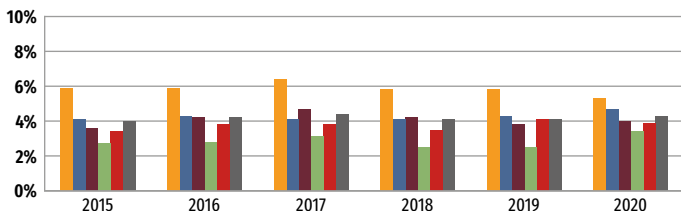
Objetivo 2

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável

Nutrição⁶

Meta 2.1 - Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.

Proporção de crianças de até cinco anos de idade em situação de desnutrição (relação peso x idade) – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020

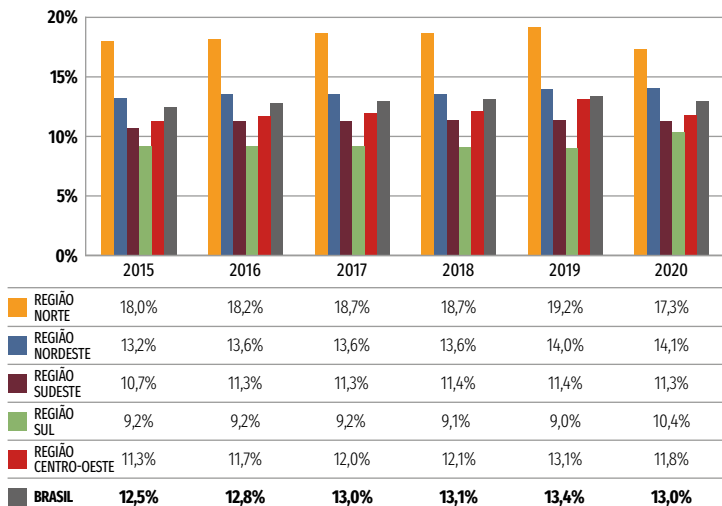


REGIÃO NORTE	5,9%	5,9%	6,4%	5,8%	5,8%	5,3%
REGIÃO NORDESTE	4,1%	4,3%	4,1%	4,1%	4,3%	4,7%
REGIÃO SUDESTE	3,6%	4,2%	4,7%	4,2%	3,8%	4,0%
REGIÃO SUL	2,7%	2,8%	3,1%	2,5%	2,5%	3,4%
REGIÃO CENTRO-OESTE	3,4%	3,8%	3,8%	3,5%	4,1%	3,9%
BRASIL	4,0%	4,2%	4,4%	4,1%	4,1%	4,3%

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

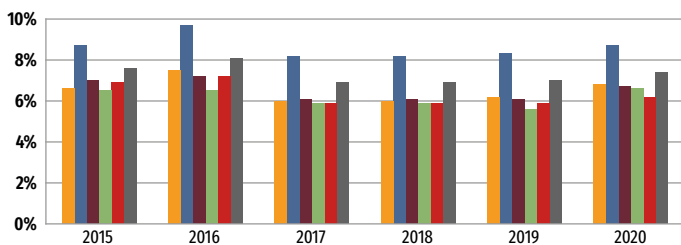
⁶ O módulo gerador de relatórios do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) é passível de correções; periodicamente os dados são reponderados e sofrem alterações. A última verificação ocorreu em 5 de outubro de 2021.

Proporção de crianças de até cinco anos de idade em situação de desnutrição (relação altura x idade) – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

Proporção de crianças de até cinco anos de idade em situação de obesidade (peso elevado para a idade) – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020



	2015	2016	2017	2018	2019	2020
REGIÃO NORTE	6,6%	7,5%	6,0%	6,0%	6,2%	6,8%
REGIÃO NORDESTE	8,7%	9,7%	8,2%	8,2%	8,3%	8,7%
REGIÃO SUDESTE	7,0%	7,2%	6,1%	6,1%	6,1%	6,7%
REGIÃO SUL	6,5%	6,5%	5,9%	5,9%	5,6%	6,6%
REGIÃO CENTRO-OESTE	6,9%	7,2%	5,9%	5,9%	5,9%	6,2%
BRASIL	7,6%	8,1%	6,9%	6,9%	7,0%	7,4%

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

Crianças de até cinco anos de idade segundo condição nutricional – Brasil e Grandes Regiões, 2020

LOCALIDADE	ALTURA MUITO BAIXA OU BAIXA PARA A IDADE	PESO MUITO BAIXO OU BAIXO PARA A IDADE	PESO ELEVADO PARA A IDADE
Região Norte	86.236	26.322	34.049
Região Nordeste	186.116	61.603	115.411
Região Sudeste	143.446	50.484	85.495
Região Sul	48.016	15.540	30.297
Região Centro-Oeste	26.558	8.860	13.970
Brasil	490.372	162.809	279.222

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

**Assegurar uma vida
saudável e promover o
bem-estar para todos,
em todas as idades**

3





Objetivo 3

**Assegurar uma vida saudável
e promover o bem-estar para
todos, em todas as idades**

Mortalidades⁷

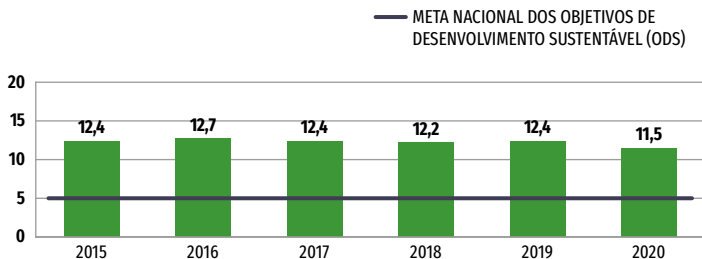
Meta 3.2 – Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos de idade, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo cinco por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de cinco anos para no máximo oito por mil nascidos vivos.

As últimas informações relativas aos nascimentos e óbitos de crianças, no ano de 2020, demonstram queda verificável das taxas de mortalidade infantil e na infância. Uma das explicações para esta dinâmica é a simultânea queda no número de nascidos vivos no país ao menor número desde 1998, de acordo com as Estatísticas do Registro Civil (IBGE, 2020). Sendo assim, a queda na taxa de mortalidade está diretamente relacionada à queda do número de nascidos vivos durante o ano de 2020.

De outro lado, a concentração de mortes por causas claramente evitáveis, entre menores de um ano e também de cinco anos de idade, ainda sugerem que o cumprimento da Meta 3.2, ou o avanço em sua direção, está distante e depende da expansão do acesso à atenção básica em saúde, principalmente nas Regiões em que as taxas são mais concentradas.

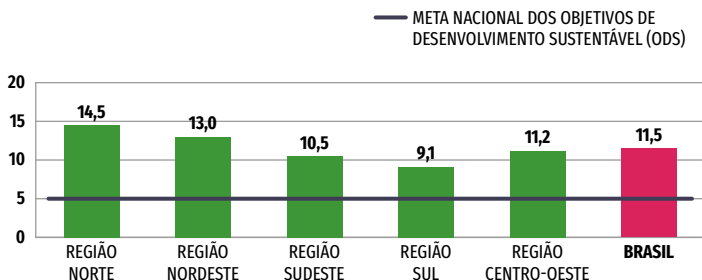
⁷ Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) do ano de 2020 são preliminares e podem sofrer alterações.

Taxa de mortalidade infantil (menores de um ano de idade) (para cada mil nascidos vivos) – Brasil, 2015 a 2020



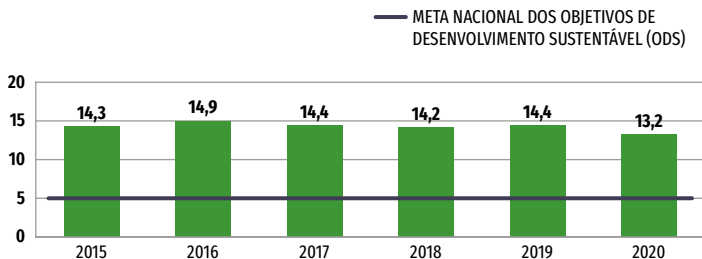
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Taxa de mortalidade infantil (menores de um ano de idade) (para cada mil nascidos vivos) – Brasil e Grandes Regiões, 2020



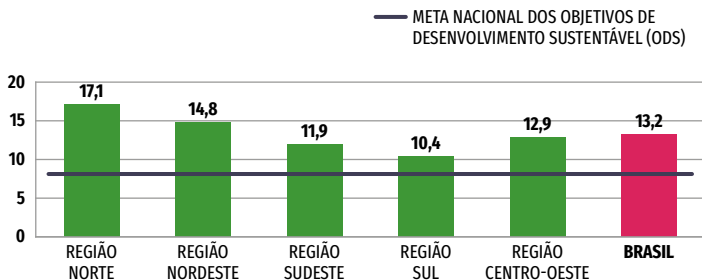
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Taxa de mortalidade na infância (menores de cinco anos de idade) (para cada mil nascidos vivos) – Brasil, 2015 a 2020



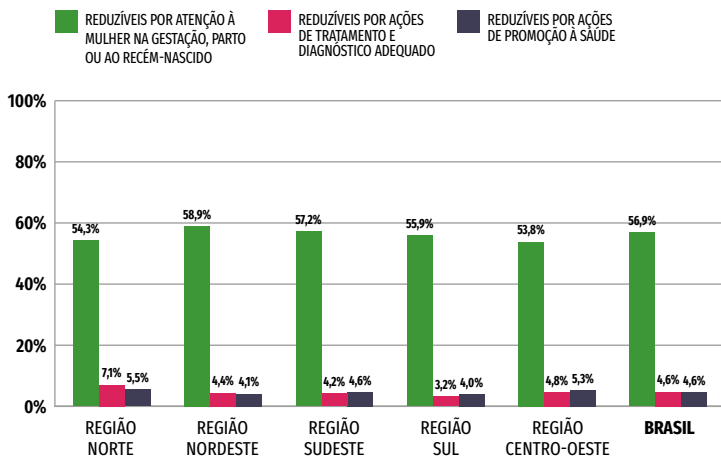
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Taxa de mortalidade na infância (menores de cinco anos de idade) (para cada mil nascidos vivos) – Brasil e Grandes Regiões, 2020



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Proporção de óbitos de crianças menores de um ano de idade por causas evitáveis segundo grupo de causa – Brasil e Grande Regiões, 2020



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

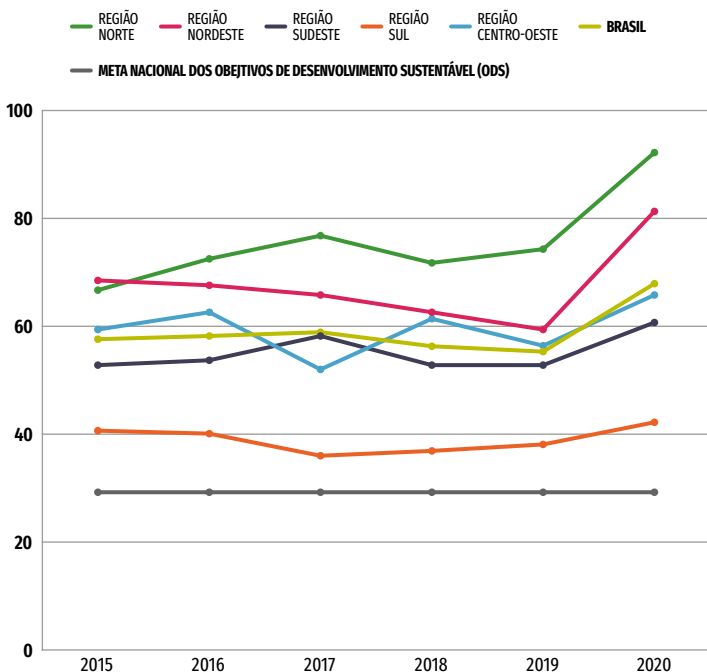
Meta 3.1 – Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes para cada 100 mil nascidos vivos.

Ao contrário da trajetória exitosa do Brasil na prevenção dos óbitos infantis e na infância, **a redução dos óbitos maternos resta como um dos maiores desafios brasileiros para o cumprimento da Agenda 2030** e da Meta 3.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Divulgadas as informações parciais relativas aos óbitos maternos em 2020, verifica-se a influência que a pandemia de covid-19 exerceu nestes óbitos. As baixas taxas de natalidade nos países que

observaram as primeiras ondas de contágio, e o extenso período que separou estes eventos da identificação das gestantes aos grupos de risco de mortalidade da covid-19, contribuíram para a elevação dos óbitos de gestantes durante a gravidez, parto ou puerpério e tiveram reflexos em outros indicadores.

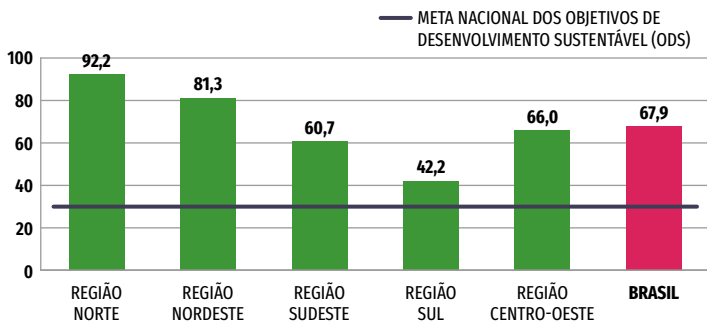
Razão da mortalidade materna (para cada 100 mil nascidos vivos) – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020⁸



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

⁸ Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) do ano de 2020 são preliminares e podem sofrer alterações.

Razão da mortalidade materna (para cada 100 mil nascidos vivos) – Brasil e Grandes Regiões, 2020



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

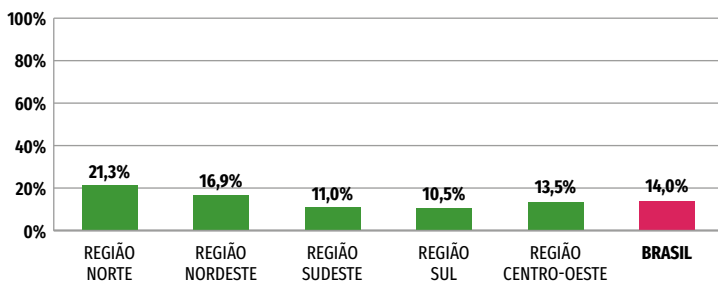
Taxas de mortalidade infantil e na infância: as taxas de mortalidade infantil foram calculadas considerando-se a relação entre o número de óbitos de menores de um ano de idade e a quantidade de nascidos vivos em 2020. Para tanto, utilizamos as estatísticas vitais preliminares referentes ao ano de 2020, acessadas em 10 de dezembro de 2020.

Razão da mortalidade materna: as razões da mortalidade materna foram calculadas considerando-se a relação entre o número de óbitos maternos e a quantidade de nascidos vivos em 2020. Apesar dos recentes aprimoramentos na capacidade de investigação das causas de óbitos, este indicador ainda sofre interferência pela subnotificação de algumas localidades. Além disso, não estão disponíveis os fatores de correção para os óbitos em anos posteriores a 2013. Assim, utilizamos as estatísticas vitais preliminares referentes ao ano de 2020, acessadas em 10 de dezembro de 2020.

Gravidez na adolescência

Meta 3.7 – Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, a informação e a educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Proporção de nascidos vivos de mulheres entre zero e 19 anos de idade – Brasil e Grandes Regiões, 2020⁹



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).

⁹ Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) do ano de 2020 são preliminares e podem sofrer alterações.

Nascidos vivos de mulheres entre zero e 19 anos de idade – Brasil e Grandes Regiões, 2020

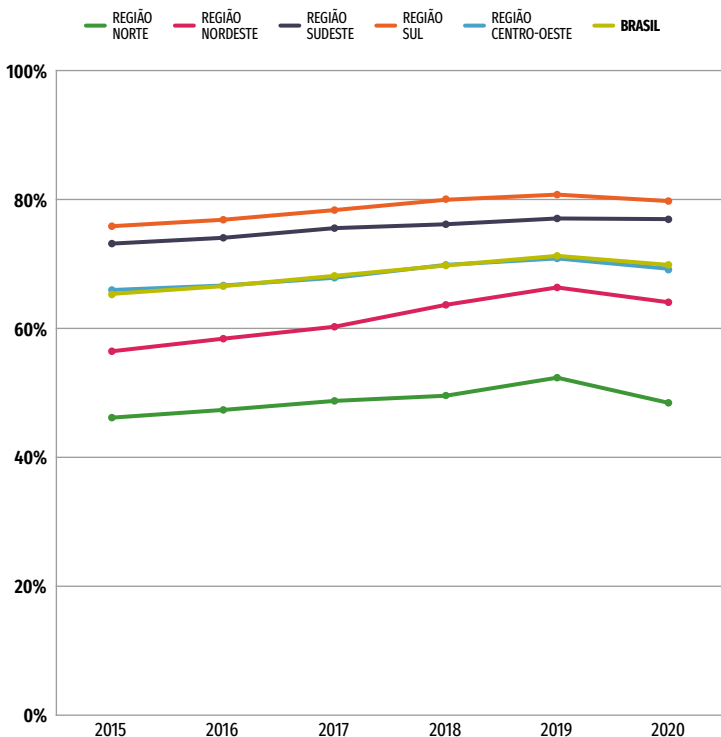
LOCALIDADE	MENOR DE DEZ ANOS DE IDADE	DE DEZ A 14 ANOS DE IDADE	DE 15 A 19 ANOS DE IDADE	NASCIMENTOS DE MÃES ENTRE DEZ E 19 ANOS DE IDADE	PROPORÇÃO DE NASCIDOS DE MÃES ADOLESCENTES
Região Norte	-	3.706	60.411	64.117	21,3%
Região Nordeste	1	6.810	123.617	130.428	16,9%
Região Sudeste	1	4.205	111.517	115.723	11,0%
Região Sul	-	1.409	38.078	39.487	10,5%
Região Centro-Oeste	-	1.396	29.629	31.025	13,5%
Brasil	2	17.526	363.252	380.780	14,0%

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Saúde materna e neonatal

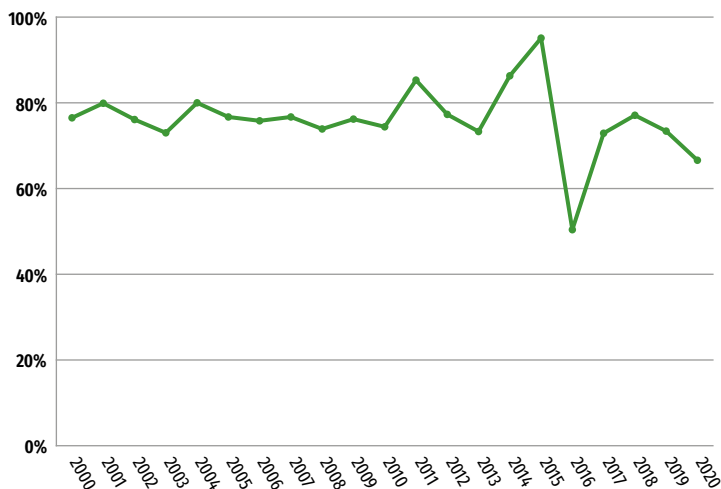
Um impacto adicional da pandemia de covid-19 no Brasil, verificado a partir da divulgação dos dados parciais dos nascimentos no ano de 2020, foi a primeira queda na realização de consultas de pré-natal dos últimos seis anos da série histórica selecionada. A percepção de risco de exposição ao vírus contribuiu para a queda da frequência das gestantes às consultas de pré-natal, reduzindo em 1,9% a proporção de nascidos de mães que realizaram ao menos sete consultas de pré-natal.

Proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Cobertura de vacinação – Brasil, 2000 a 2020¹⁰

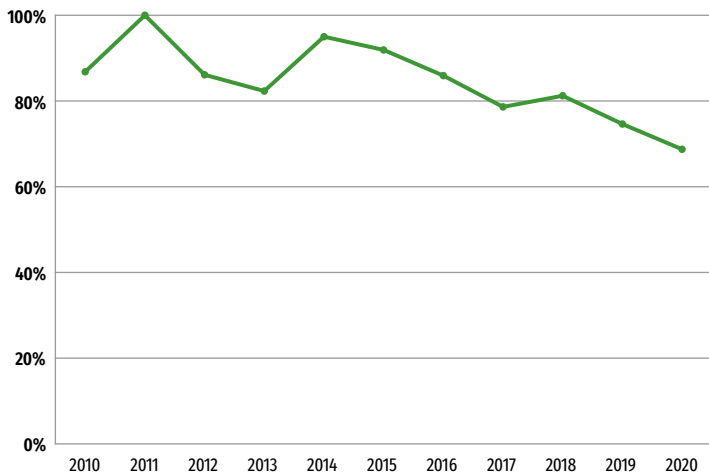


Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus).

Desde 2016, a cobertura proporcional de imunizações da população brasileira apresenta redução considerável, não atingindo a proporção de três quartos da população vacinada, na média dos últimos três anos da série histórica consolidada. Mais preocupante é a constatação da mesma queda, ainda que de modo menos acentuado, na cobertura de vacinas obrigatórias às crianças com menos de um ano de idade, aumentando a possibilidade de surtos de doenças consideradas controladas, como expõe o gráfico a seguir.

¹⁰ Os dados do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) são atualizados constantemente e podem sofrer atualizações. A atualização destes dados ocorreu em 18 de maio de 2021.

Cobertura de vacinas obrigatórias a crianças menores de um ano de idade – Brasil, 2010 a 2020



Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus).

**Assegurar a educação
inclusiva e equitativa de
qualidade, e promover
oportunidades de
aprendizagem ao longo
da vida para todos**





Objetivo 4

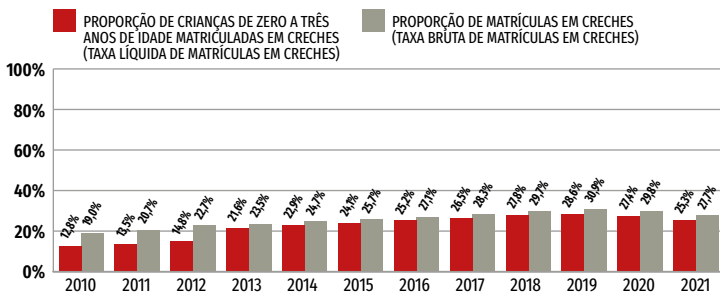
Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Educação Infantil

Meta 4.2 – Até 2030, assegurar a todas as meninas e todos os meninos o desenvolvimento integral na Primeira Infância e acesso a cuidados e à Educação Infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o Ensino Fundamental.

Um reflexo adicional da suspensão das aulas e atividades escolares presenciais, em 2020, foi a **inédita queda**, desde o início da série histórica, em 2005, da proporção de matrículas em creches no Brasil. Em relação ao ano de 2019, a redução de matrículas nesta etapa da Educação Infantil foi de 10,2%, e ainda mais concentrada entre as crianças de até três anos de idade, de 4,2%.

Taxas líquida e bruta de matrículas em creches – Brasil, 2010 a 2021



Fonte (matrículas): Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

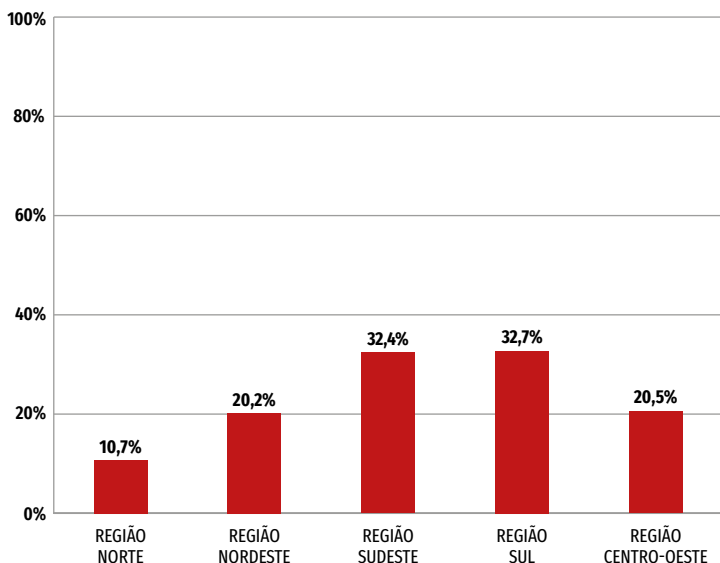
População de referência: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Meta do Plano Nacional de Educação (PNE) – 50% até 2024

Taxa líquida de matrículas em creches: proporção de crianças entre zero e três anos de idade matriculadas em creches em relação a sua população correspondente.

Taxa bruta de matrículas em creches: proporção de matrículas em creches em relação a população de menores de três anos de idade.

Taxa líquida de matrículas em creches – Brasil e Grandes Regiões, 2021



Fonte (matrículas): Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

População de referência: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Estabelecimentos de Educação Infantil (creches) segundo dependência administrativa – Brasil e Grandes Regiões, 2021

LOCALIDADE	ESTABELECIMENTOS	PRIVADOS	PÚBLICOS
Região Norte	5.399	774	4.625
Região Nordeste	26.421	6.107	20.314
Região Sudeste	24.655	13.115	11.540
Região Sul	10.080	4.243	5.837
Região Centro-Oeste	3.310	1.547	1.763
Brasil	69.865	25.786	44.079

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Ensinos Fundamental e Médio

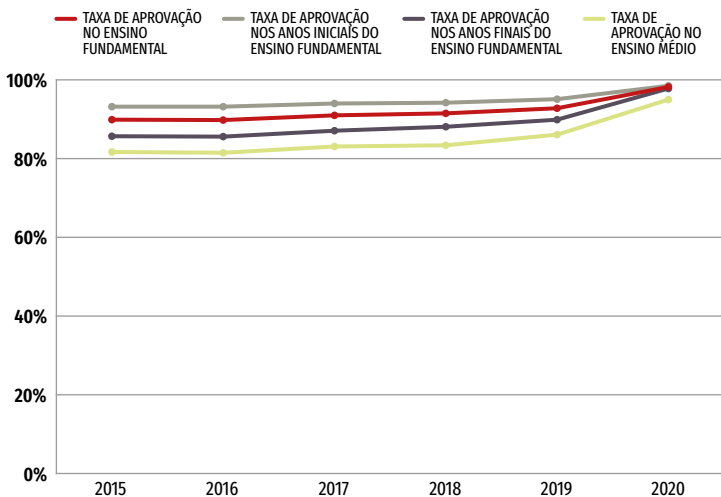
Meta 4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e todos os meninos completem os Ensinos Fundamental e Médio equitativos e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

A suspensão das atividades presenciais de ensino da maior parte dos estabelecimentos brasileiros, quando consideradas as diferentes estratégias adotadas pelos estados do país nas tentativas de garantir o direito à Educação Básica, entre elas as alterações no calendário escolar, os ajustes nas datas de término do ano letivo e

a própria adoção de ferramentas de ensino não presenciais, podem ter tido influência entre os indicadores de rendimento escolar, especificamente das taxas de aprovação e abandono.

No último ano da série (2020), as taxas de aprovação obtiveram crescimento em todas as etapas da Educação Básica, aproximando-as da totalidade de matriculados sendo aprovados, com variações especialmente concentradas no Ensino Médio (10,3%) e os anos finais do Ensino Fundamental (8,8%).

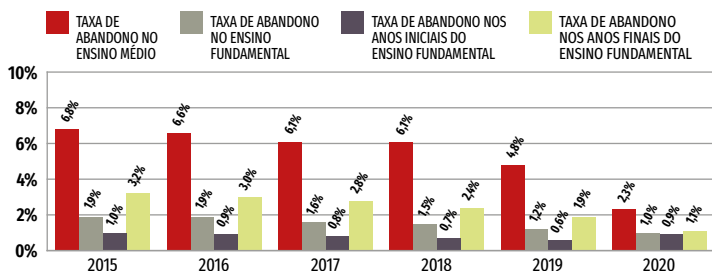
Taxa de aprovação na Educação Básica segundo etapa de ensino – Brasil, 2015 a 2020



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Mesmo que a elevação das taxas de aprovação tenha contribuído para a queda das taxas de abandono, outra tendência inaugurada com resultados dos indicadores de rendimento de 2020 foi a elevação das taxas de abandono nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 50%.

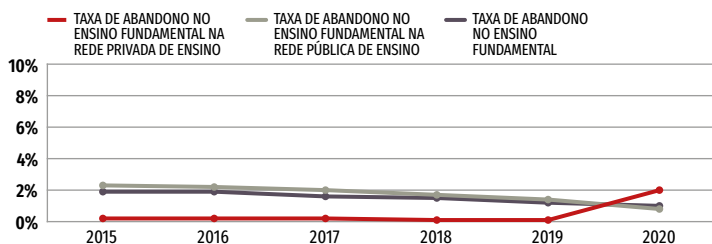
Taxa de abandono na Educação Básica segundo etapa de ensino – Brasil, 2015 a 2020



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

A dinâmica das taxas de abandono no Ensino Fundamental, quando consideradas as redes privadas e públicas de ensino, também demonstraram notável inversão de tendências. De um lado, a possibilidade do investimento das rendas domiciliares na manutenção das matrículas ter sido ponderado pelo cenário econômico de 2020 e, de outro, a percepção de que o investimento realizado na manutenção das matrículas na rede privada não gerou o retorno esperado pelas famílias que realizavam este investimento.

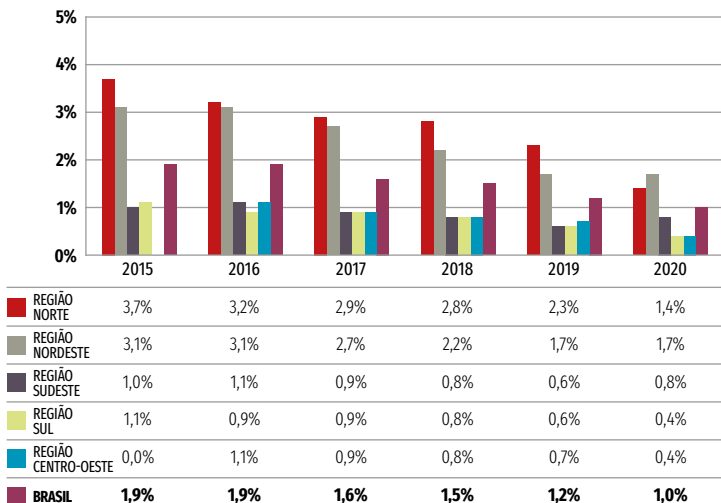
Taxa de abandono no Ensino Fundamental segundo rede de ensino – Brasil, 2015 a 2020



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Distorção idade-série: representa a proporção de alunos com mais de dois anos de diferença em relação à idade ideal para a série na qual estão matriculados.

Taxa de abandono no Ensino Fundamental – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020

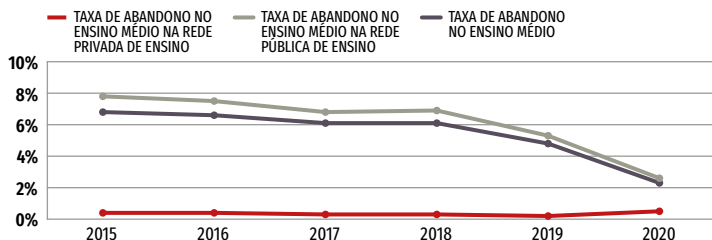


Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

A etapa do Ensino Médio, considerado o conjunto das redes de ensino (privadas e públicas), foi aquela que obteve a maior queda, de aproximadamente 52,1% entre 2019 e 2020.

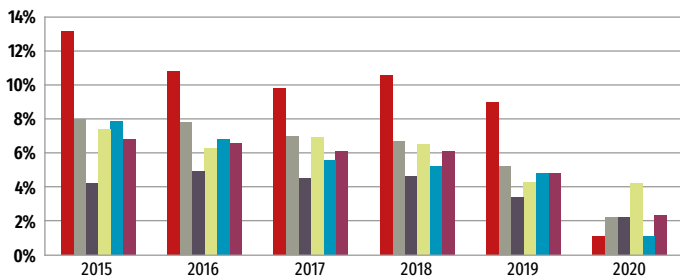
Ainda que de modo menos intenso do que o crescimento das taxas de abandono na rede privada do Ensino Fundamental, as taxas de abandono na rede privada também obtiveram aumento no Ensino Médio.

Taxa de abandono no Ensino Médio segundo rede de ensino – Brasil, 2015 a 2020



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Taxa de abandono no Ensino Médio – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020



	2015	2016	2017	2018	2019	2020
REGIÃO NORTE	13,2%	10,8%	9,8%	10,6%	9,0%	1,1%
REGIÃO NORDESTE	8,0%	7,8%	7,0%	6,7%	5,2%	2,2%
REGIÃO SUDESTE	4,2%	4,9%	4,5%	4,6%	3,4%	2,2%
REGIÃO SUL	7,4%	6,3%	6,9%	6,5%	4,3%	4,2%
REGIÃO CENTRO-OESTE	7,9%	6,8%	5,6%	5,2%	4,8%	1,1%
BRASIL	6,8%	6,6%	6,1%	6,1%	4,8%	2,3%

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio segundo alcance da meta projetada para o ano – Brasil e Grandes Regiões, 2019

GRANDES REGIÕES	RESULTADOS			METAS		
	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO
	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS		ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	
Região Norte	5,0	4,4	3,6	5,0	5,0	4,5
Região Nordeste	5,4	4,5	3,9	4,9	4,6	4,6
Região Sudeste	6,5	5,2	4,4	6,4	5,7	5,2
Região Sul	6,3	5,1	4,4	6,3	5,6	5,3
Região Centro-Oeste	6,1	5,1	4,4	5,9	5,2	4,9
BRASIL	5,9	4,9	4,2	5,7	5,2	5,0

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

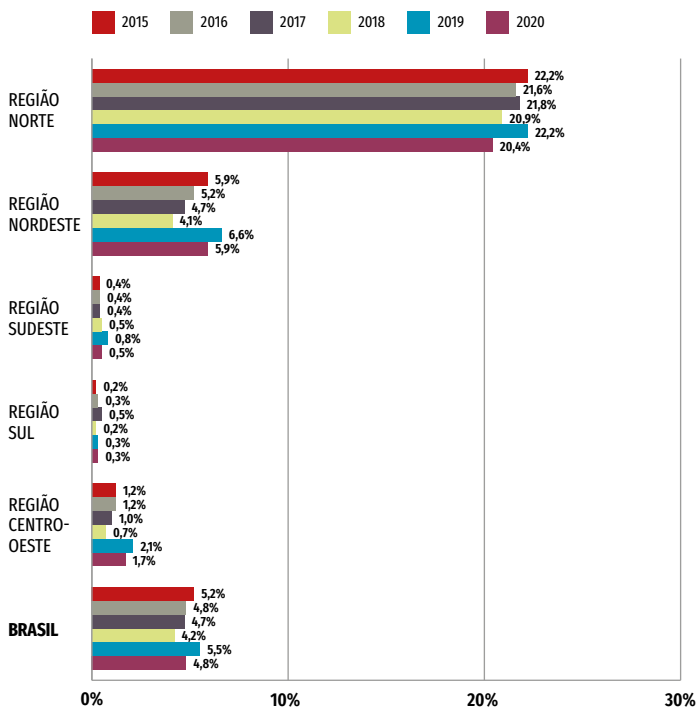
Meta 4.a – Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

A exposição das condições da infraestrutura física escolar brasileira permite que sejam dimensionadas as privações que enfrentam crianças e adolescentes durante a sua vida escolar. Em 2020, pouco mais de 8 mil escolas (8,6 mil) informaram não ter qualquer forma de acesso à coleta de esgoto; 3,46 mil não tinham acesso a qualquer forma de distribuição de água.

As necessidades de se fazer recurso emergencial ao ensino remoto na maior parte das escolas brasileiras, a partir do ano de 2020, ampliou a dimensão que as tecnologias de informação e comunicação ocupam na vida escolar dos alunos da Educação Básica. Por estas constatações

é possível mensurar as dificuldades impostas às mais de 31,7 mil escolas da Educação Básica que não tinham um computador em 2020, ou às mais de 36,5 mil escolas que, mesmo que tivessem um computador, não tinham acesso à rede de internet.

Proporção de estabelecimentos de Educação Básica que declararam inexistente o acesso ao esgoto sanitário ao Censo da Educação Básica – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020



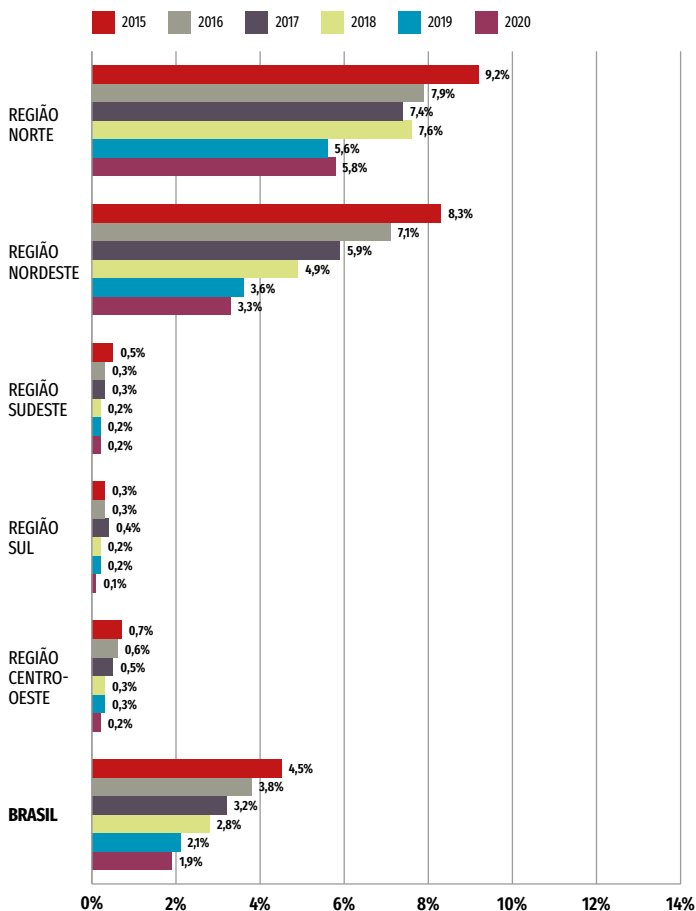
Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Estabelecimentos de Educação Básica que declararam inexistente o acesso ao esgoto sanitário ao Censo da Educação Básica – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020

LOCALIDADE	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Região Norte	5.077	4.898	4.910	4.658	4.930	4.514
Região Nordeste	3.968	3.500	3.077	2.599	4.133	3.606
Região Sudeste	257	237	231	318	490	281
Região Sul	59	70	122	60	82	67
Região Centro-Oeste	115	113	98	76	214	175
Brasil	9.476	8.818	8.438	7.711	9.849	8.643

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Proporção de estabelecimentos de Educação Básica que declararam inexistente o acesso ao abastecimento de água ao Censo de Educação Básica – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020



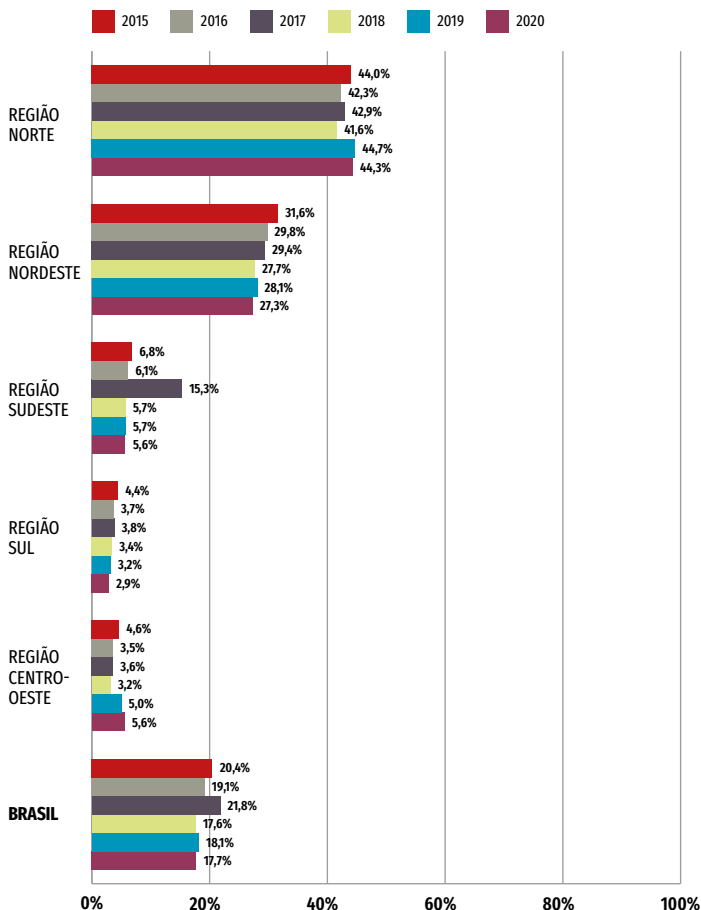
Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Estabelecimentos de Educação Básica que declararam inexistente o acesso ao abastecimento de água ao Censo de Educação Básica – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020

LOCALIDADE	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Região Norte	2.104	1.785	1.672	1.689	1.317	1.278
Região Nordeste	5.628	4.771	3.878	3.118	2.270	2.002
Região Sudeste	267	186	146	126	129	133
Região Sul	85	68	90	45	43	29
Região Centro-Oeste	67	59	53	36	30	24
Brasil	8.151	6.869	5.839	5.014	3.789	3.466

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Proporção de estabelecimentos de Educação Básica que declararam não ter computadores ao Censo de Educação Básica – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Estabelecimentos de Educação Básica que declararam não ter computadores ao Censo de Educação Básica – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020

LOCALIDADE	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Região Norte	10.476	10.010	10.074	9.798	10.472	10.324
Região Nordeste	21.398	20.014	19.224	17.673	17.505	16.770
Região Sudeste	3.945	3.527	8.885	3.399	3.449	3.369
Região Sul	1.073	909	935	876	818	740
Região Centro-Oeste	408	348	318	287	454	507
Brasil	37.300	34.808	39.436	32.033	32.698	31.710

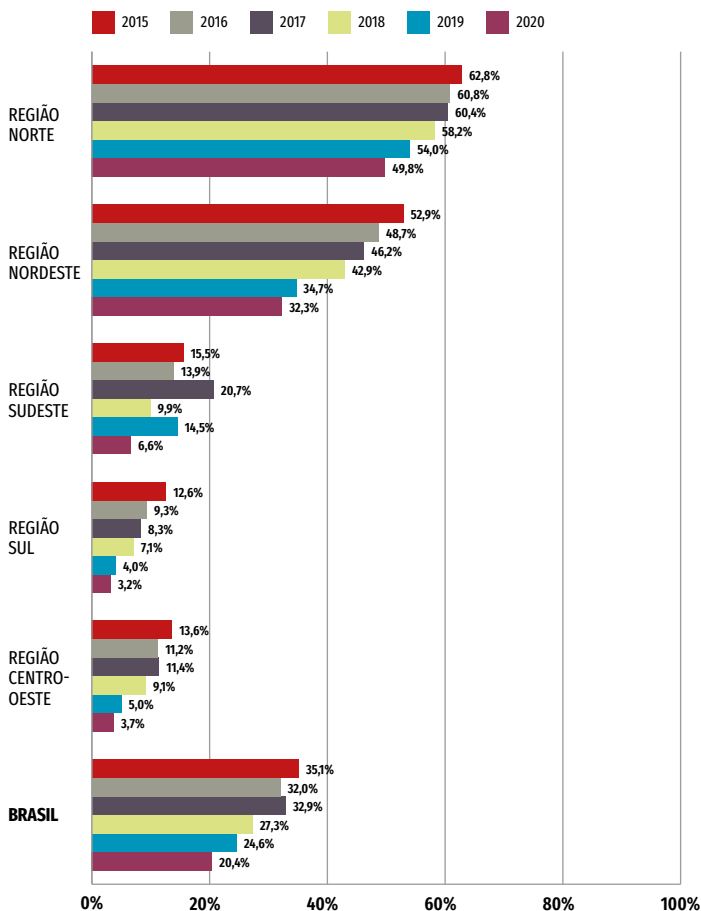
Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Estabelecimentos de Educação Básica que declararam não ter acesso à internet ao Censo de Educação Básica – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020

LOCALIDADE	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Região Norte	14.964	14.372	14.171	13.694	12.647	11.614
Região Nordeste	35.886	32.736	30.213	27.376	21.624	19.833
Região Sudeste	8.923	8.062	12.055	5.885	8.707	3.970
Região Sul	3.081	2.279	2.037	1.832	1.014	815
Região Centro-Oeste	1.200	993	1.007	831	449	333
Brasil	64.054	58.442	59.483	49.618	44.441	36.565

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Proporção de estabelecimentos de Educação Básica que declararam não ter acesso à internet ao Censo de Educação Básica – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas





Objetivo 5

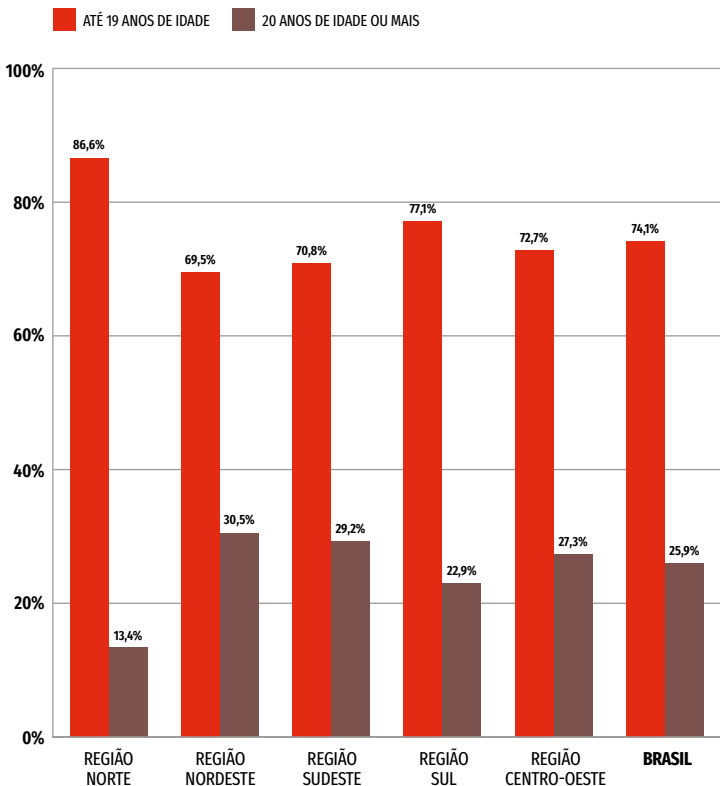
Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

A transversalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

As metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 devem ser compreendidas de modo transversal, estabelecendo relações com outras metas e indicadores da Agenda 2030. Para o monitoramento deste ODS, especificamente, buscamos desagregar ao máximo o perfil das vítimas de exploração e violência sexuais no último ano consolidado disponível (2020).

Meta 5.2 – Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Proporção de notificações de violência e exploração sexuais segundo grupo etário – Brasil e Grandes Regiões, 2020¹¹



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

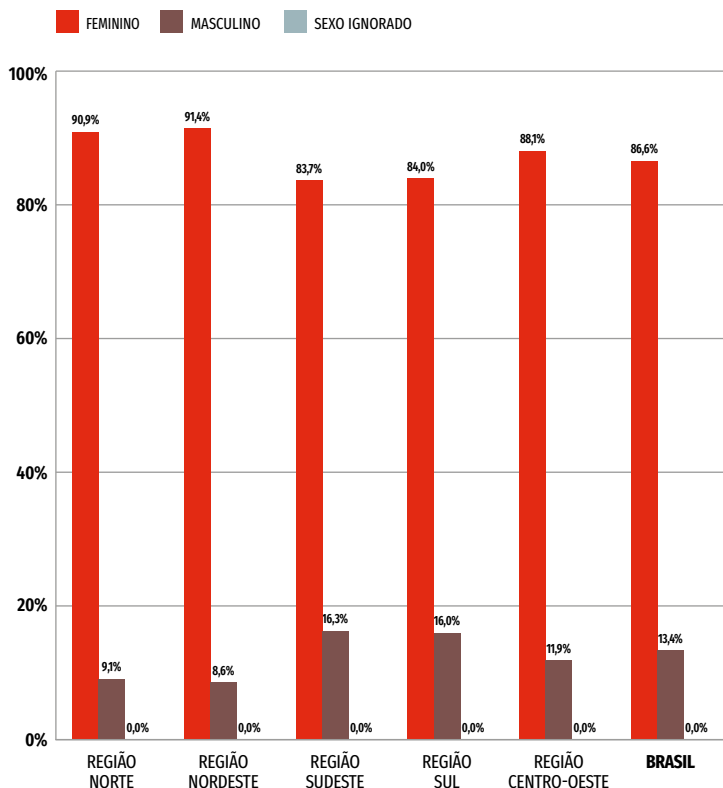
¹¹Dados de 2020 atualizados em 16 de outubro de 2021.

Notificações de violência e exploração sexuais segundo grupo etário – Brasil e Grandes Regiões, 2020

LOCALIDADE	ATÉ 19 ANOS DE IDADE	20 ANOS DE IDADE OU MAIS	TOTAL
Região Norte	4.671	720	5.391
Região Nordeste	5.048	2.215	7.263
Região Sudeste	11.196	4.609	15.805
Região Sul	6.133	1.819	7.952
Região Centro-Oeste	2.813	1.055	3.868
BRASIL	29.861	10.418	40.279

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

Proporção de notificações de violência e exploração sexuais de vítimas com até 19 anos de idade segundo sexo – Brasil e Grandes Regiões, 2020



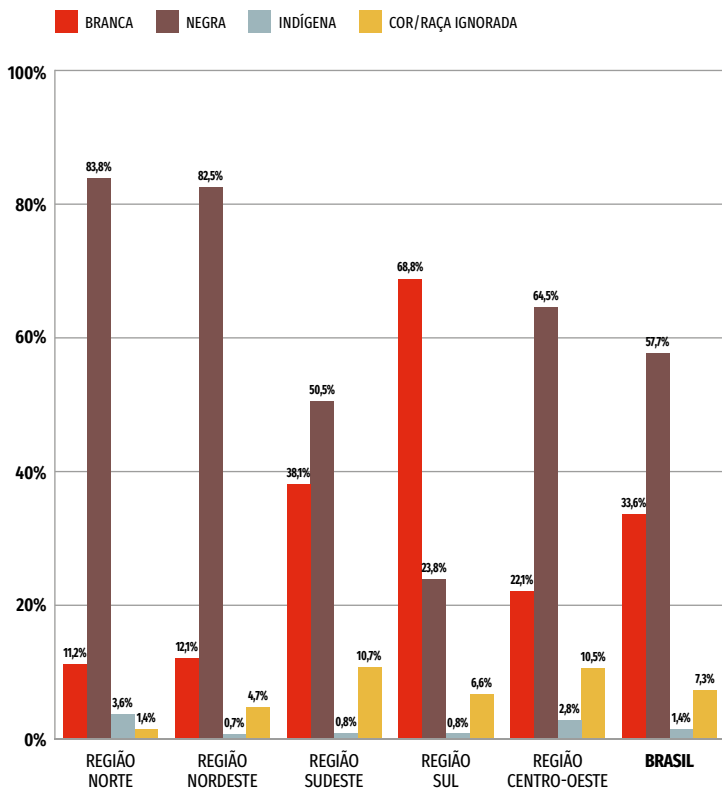
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

Notificações de violência e exploração sexuais de vítimas com até 19 anos de idade segundo sexo – Brasil e Grandes Regiões, 2020

LOCALIDADE	MASCULINO	FEMININO	SEXO IGNORADO	TOTAL
Região Norte	423	4.247	1	4.671
Região Nordeste	435	4.613	0	5.048
Região Sudeste	1.822	9.374	0	11.196
Região Sul	981	5.149	3	6.133
Região Centro-Oeste	334	2.479	0	2.813
BRASIL	3.995	25.862	4	29.861

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

Proporção de notificações de violência e exploração sexuais de vítimas com até 19 anos de idade do sexo feminino segundo cor/raça – Brasil e Grandes Regiões, 2020¹²



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

¹² São considerados "brancos" aqueles identificados a cor/raça branca ou amarela e "negros" aqueles identificados a cor/raça preta ou parda.

Notificações de violência e exploração sexuais de vítimas com até 19 anos de idade do sexo feminino segundo cor/raça – Brasil e Grandes Regiões, 2020

LOCALIDADE	BRANCA	NEGRA	INDÍGENA	COR/RAÇA IGNORADA	TOTAL
Região Norte	476	3.558	152	61	4.247
Região Nordeste	557	3.808	31	217	4.613
Região Sudeste	3.569	4.731	71	1.003	9.374
Região Sul	3.542	1.227	40	340	5.149
Região Centro-Oeste	549	1.599	70	261	2.479
BRASIL	8.693	14.923	364	1.882	25.862

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

Assegurar a disponibilidade e o manejo sustentável da água e do saneamento para todos





Objetivo 6

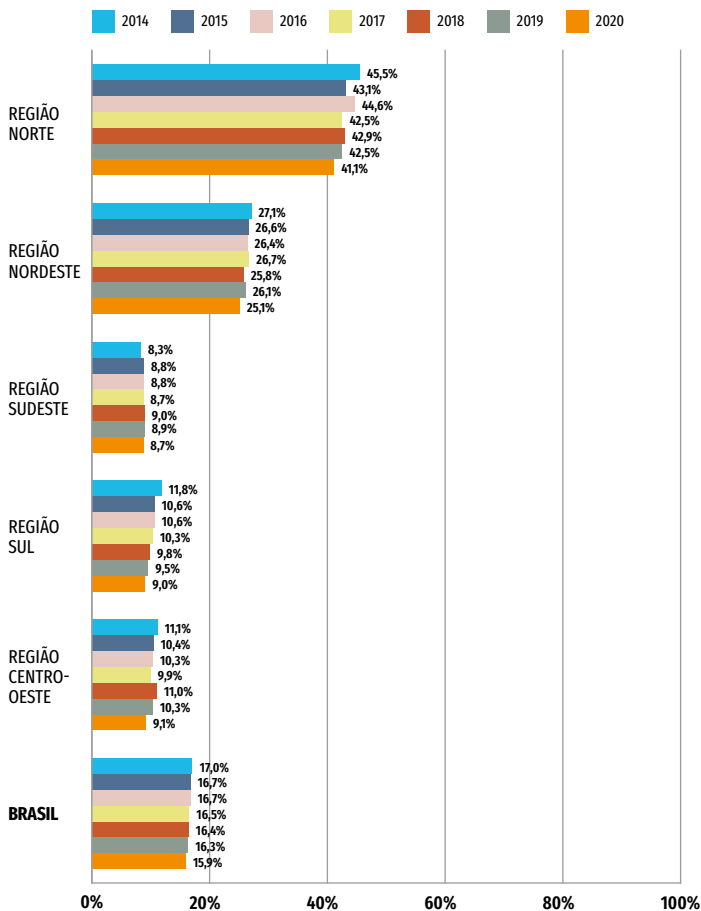
Assegurar a disponibilidade e o manejo sustentável da água e do saneamento para todos

Acesso à água

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) e das estimativas populacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, mais de 33,6 milhões de pessoas no Brasil ainda não tinham acesso à rede de distribuição de água.

Meta 6.1 – Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todos.

Proporção da população residente sem acesso à rede de distribuição geral de água – Brasil e Grandes Regiões, 2014 a 2020



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) e estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹³ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

¹³ As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais de dois municípios da Região Norte e três da Região Nordeste.

População residente sem acesso à rede de distribuição geral de água – Brasil e Grandes Regiões, 2014 a 2020

LOCALIDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Região Norte	7.838.394	7.530.706	7.902.984	7.624.679	7.809.278	7.941.453	7.670.700
Região Nordeste	15.226.457	15.073.262	15.008.732	15.315.488	14.638.605	14.951.728	14.377.985
Região Sudeste	7.039.062	7.579.904	7.564.869	7.608.100	7.867.762	7.939.892	7.708.460
Região Sul	3.429.705	3.104.245	3.132.392	3.059.359	2.918.871	2.859.212	2.726.366
Região Centro-Oeste	1.692.420	1.613.713	1.617.780	1.566.952	1.772.665	1.696.642	1.506.843
BRASIL	34.409.825	34.143.258	34.415.599	34.326.352	34.151.465	34.473.827	33.605.628

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) e estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁴ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

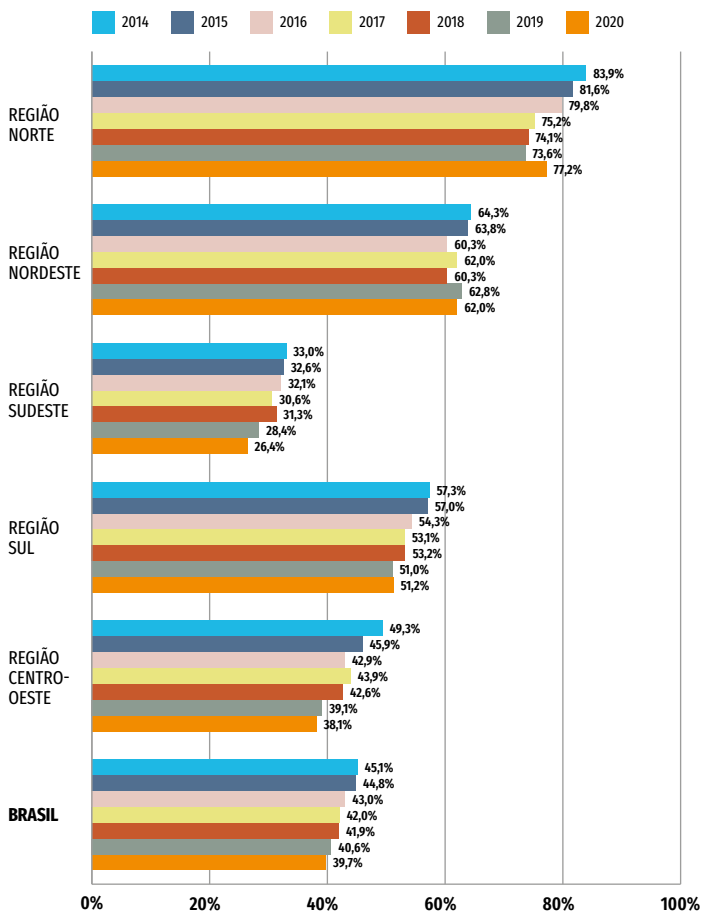
Acesso ao esgotamento sanitário

Meta 6.2 – Até 2030, alcançar o acesso ao saneamento e à higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

Os dados referentes ao acesso à coleta de esgotos no país, divulgados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis), informam que o cumprimento da Meta 6.2 ainda é uma realidade distante. Apenas a Região Sudeste apresenta proporções de indivíduos sem acesso à coleta de esgotos inferior às proporções nacionais e, mesmo nesta Região, pouco mais de um quarto da população (26,4%) ainda não tem acesso a esse serviço fundamental.

¹⁴ As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais de dois municípios da Região Norte e três da Região Nordeste.

Proporção da população residente não atendida pela rede de coleta de esgoto – Brasil e Grandes Regiões, 2014 a 2020



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) e estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁵ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

¹⁵ As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais de dois municípios da Região Norte e três da Região Nordeste.

População residente não atendida pela rede de coleta de esgoto – Brasil e Grandes Regiões, 2014 a 2020

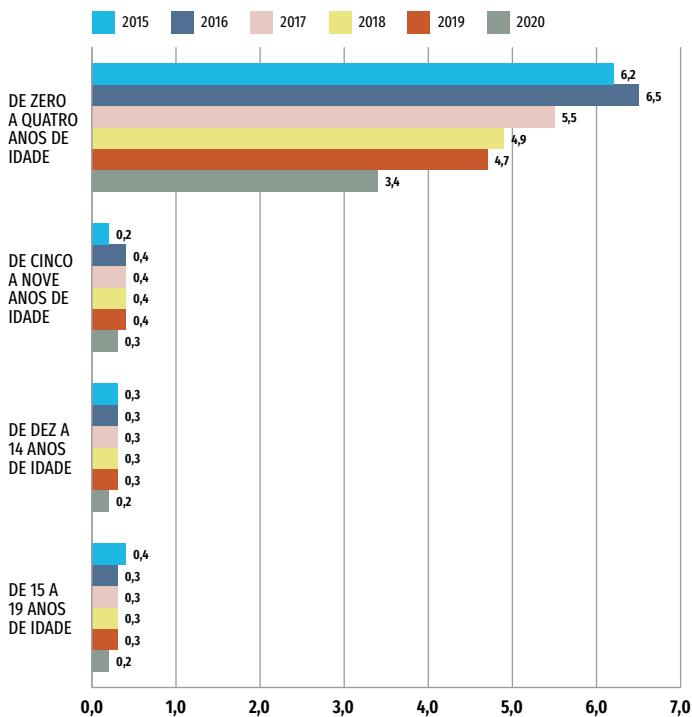
LOCALIDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Região Norte	14.462.001	14.255.924	14.136.123	13.493.404	13.473.049	13.748.629	14.647.744
Região Nordeste	36.127.720	36.074.020	34.314.618	35.526.206	34.238.102	36.031.025	35.854.155
Região Sudeste	28.105.179	27.944.465	27.711.946	26.632.697	27.462.610	25.234.970	24.164.409
Região Sul	16.629.135	16.669.972	15.979.909	15.735.538	15.829.147	15.398.081	15.656.660
Região Centro-Oeste	7.497.179	7.089.529	6.724.828	6.974.286	6.850.978	6.454.833	6.494.473
BRASIL	91.509.452	91.655.226	88.573.799	87.134.526	87.442.761	85.888.109	85.692.483

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) e estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁶ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

A concentração das taxas de mortalidade, relacionadas às fontes de água e ao saneamento inadequados, demonstra a nítida consequência das baixas proporções de acesso à coleta de esgotos e distribuição de água, tendo impacto sobre as expectativas de vida, principalmente entre crianças de até quatro anos de idade.

¹⁶ As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais de dois municípios da Região Norte e três da Região Nordeste.

Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes de até 19 anos de idade atribuída a fontes de água inadequadas, saneamento inadequado e falta de higiene (óbitos para cada 100 mil habitantes) – Brasil, 2015 a 2020¹⁷

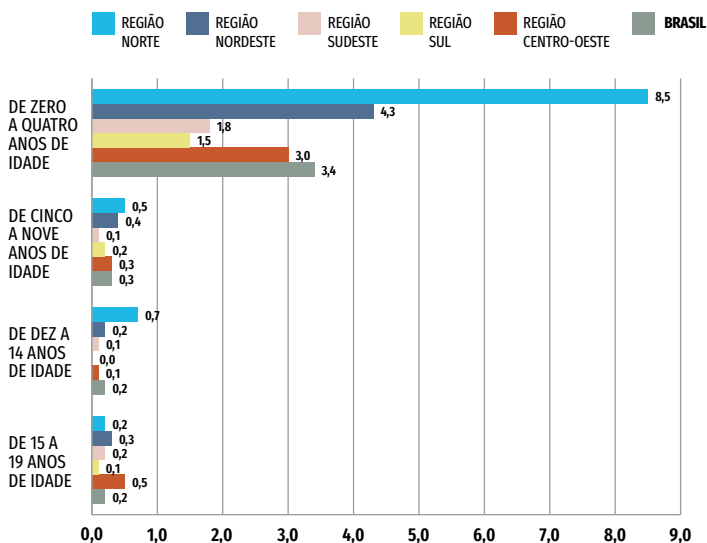


Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria Executiva/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)/ Sistema de Informações sobre Internação Hospitalar (SIH) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de População e Indicadores Sociais/Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

¹⁷ Para o cálculo das taxas de mortalidade relacionadas às fontes de água e ao saneamento inadequados foram utilizadas as seguintes categorias da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): A00 - Cólera; A01 - Febres Tifoide e Paratifoide; A03 - Shigelose; A04 - Outras Infecções Intestinais Bacterianas; A06 - Amebíase; A07 - Outras Doenças Intestinais por Protozoários; A08 - Infecções Intestinais Virais, Outras e as Não Especificadas; A09 - Diarreia e Gastroenterite de Origem Infecçiosa Presumível; B76 - Ancilostomíase; B77 - Ascariíase; B79 - Tricuriase; E40 - Kwashiorkor; E41 - Marasmo Nutricional; E42 - Kwashiorkor Marasmático; E43 - Desnutrição Proteica; E44 - Desnutrição Proteica; E45 - Atraso do Desenvolvimento Devido à Desnutrição Proteica; e E46 - Desnutrição Proteica.

A distribuição destas taxas de mortalidade relacionadas às fontes de água e ao saneamento inadequados, pelas Regiões do país, revela correspondências entre as Regiões do país com maior privação do acesso ao saneamento e à rede de distribuição de água e a concentração das taxas de mortalidade de crianças de até quatro anos de idade.

Taxa de mortalidade de crianças e adolescentes de até 19 anos de idade atribuída a fontes de água inadequadas, ao saneamento inadequado e à falta de higiene (óbitos para cada 100 mil habitantes) – Brasil e Grandes Regiões, 2020¹⁸



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria Executiva/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)/ Sistema de Informações sobre Internação Hospitalar (SIH) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de População e Indicadores Sociais/Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

¹⁸ Para o cálculo das taxas de mortalidade relacionadas às fontes de água e ao saneamento inadequados foram utilizadas as seguintes categorias da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): A00 - Cólera; A01 - Febres Tifoide e Paratifoide; A03 - Shigelose; A04 - Outras Infecções Intestinais Bacterianas; A06 - Amebíase; A07 - Outras Doenças Intestinais por Protozoários; A08 - Infecções Intestinais Virais; Outras e as Não Especificadas; A09 - Diarreia e Gastroenterite de Origem Infeciosa Presumível; B76 - Ancilostomíase; B77 - Ascariíase; B79 - Tricuríase; E40 - Kwashiorkor; E41 - Marasmo Nutricional; E42 - Kwashiorkor Marasmático; E43 - Desnutrição Proteica; E44 - Desnutrição Proteica; E45 - Atraso do Desenvolvimento Devido à Desnutrição Proteica; E46 - Desnutrição Proteica.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos





Objetivo 8

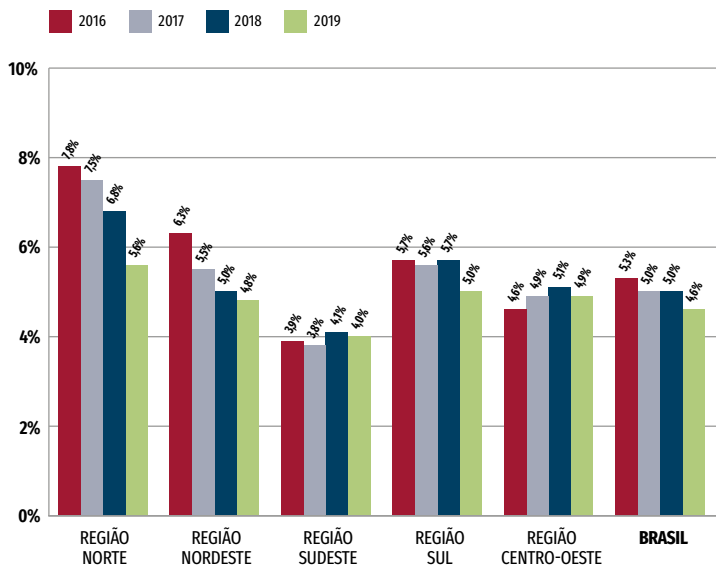
Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

Trabalho infantil

Em meados de 2020, foram divulgadas, em caráter experimental pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as informações estatísticas que incorporaram as alterações metodológicas da Resolução IV da 20ª Conferência Internacional de Estatística do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para identificar a população de cinco a 17 anos de idade ocupada.

Meta 8.7 – Até 2025, erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas (Lista TIP).

Proporção de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade ocupados (inclusive na produção para o próprio consumo e/ou uso) – Brasil e Grandes Regiões, 2016 a 2019



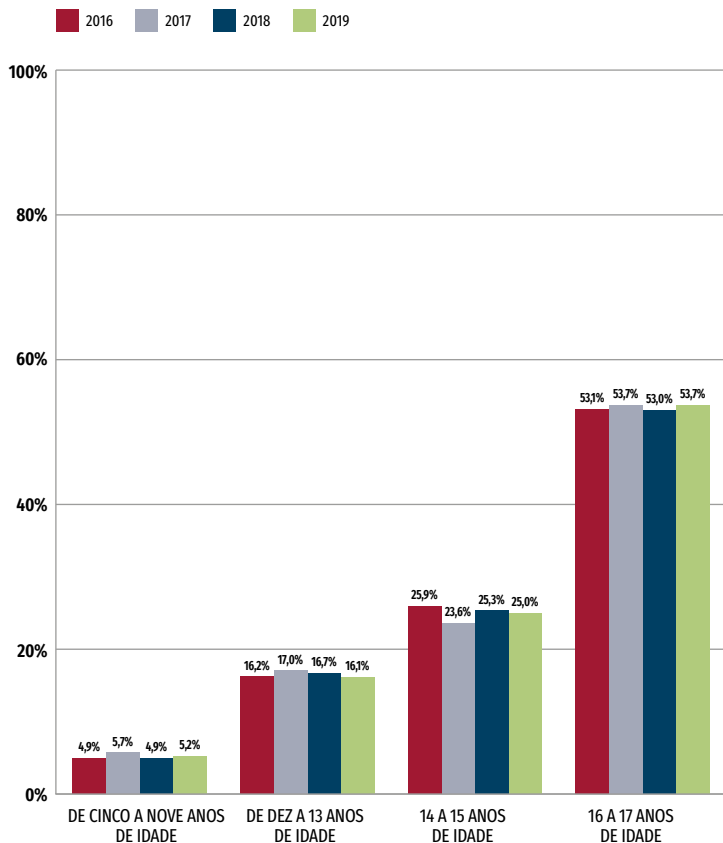
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade ocupados (inclusive na produção para o próprio consumo e/ou uso) – Brasil e Grandes Regiões, 2016 a 2019

LOCALIDADE	2016	2017	2018	2019
Região Norte	343.545	324.960	284.461	235.716
Região Nordeste	760.771	654.144	591.908	558.151
Região Sudeste	586.487	561.979	603.702	579.420
Região Sul	291.195	284.370	280.611	246.034
Região Centro-Oeste	142.729	150.053	155.213	149.152
Brasil	2.124.727	1.975.508	1.915.896	1.768.475

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Proporção de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade ocupados (inclusive na produção para o próprio consumo e/ou uso) segundo grupo etário – Brasil, 2016 a 2019



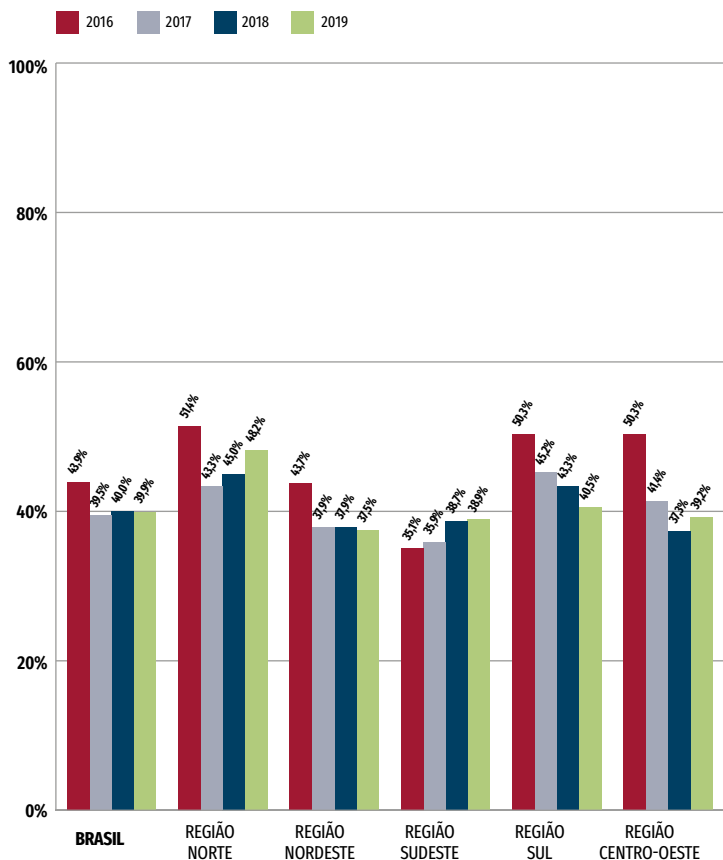
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade ocupados (inclusive na produção para o próprio consumo e/ou uso) segundo grupo etário – Brasil, 2016 a 2019

ANO	DE CINCO A NOVE ANOS DE IDADE	DE DEZ A 13 ANOS DE IDADE	DE 14 A 15 ANOS DE IDADE	DE 16 A 17 ANOS DE IDADE	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL
2016	103.272	344.314	549.408	1.127.733	2.124.727
2017	112.216	335.675	466.974	1.060.643	1.975.508
2018	94.833	320.647	484.367	1.016.049	1.915.896
2019	91.322	285.385	442.166	949.602	1.768.475

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Proporção de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil e que realizaram atividades identificadas na Lista TIP, das piores formas de trabalho infantil – Brasil, 2016 a 2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil e que realizaram atividades identificadas na Lista TIP, das piores formas de trabalho infantil – Brasil, 2016 a 2019

LOCALIDADE	2016	2017	2018	2019
Região Norte	176.517	140.687	127.991	113.671
Região Nordeste	332.804	247.706	224.425	209.197
Região Sudeste	205.837	201.960	233.618	225.459
Região Sul	146.478	128.612	121.517	99.568
Região Centro-Oeste	71.731	62.192	57.920	58.431
Brasil	933.359	781.162	765.471	706.326

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Objetivo 10

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

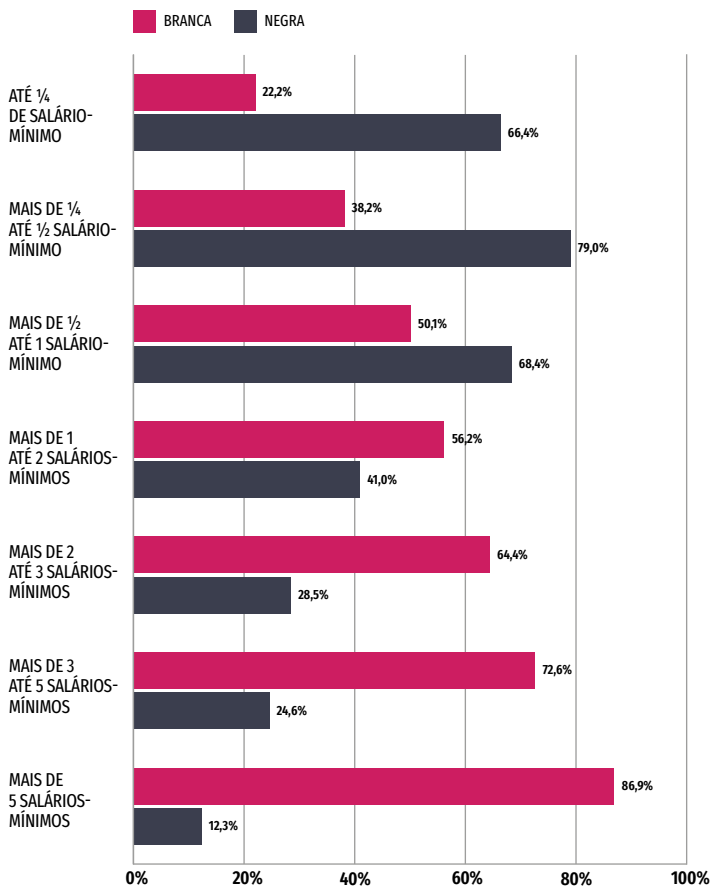
Com o propósito de relacionar os indicadores da infância e adolescência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, desagregamos alguns destes indicadores pelas características de cor/raça e grupos etários, e os distribuímos em quatro dimensões principais: renda, educação infantil, saúde, condições de habitação e moradia e violência. Desdobramentos dos aspectos das desigualdades brasileiras podem ser observados nos indicadores de cada uma das dimensões.

Meta 10.2 – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.

Renda

Os rendimentos são o aspecto que demonstra de maneira nítida a desigualdade entre a população de brancos e negros brasileiros: sua desigual distribuição pelas faixas de rendimentos mensais domiciliares *per capita* revelam a completa inversão de concentrações entre os indivíduos mais pobres (de absoluta maioria negra) e os mais ricos (de absoluta maioria branca).

Proporção de crianças e adolescentes de até 14 anos de idade em faixas de rendimentos domiciliares *per capita* segundo cor/raça – Brasil, 2020¹⁹



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

¹⁹São considerados "brancos" aqueles identificados a cor/raça branca ou amarela e "negros" aqueles identificados a cor/raça preta ou parda.

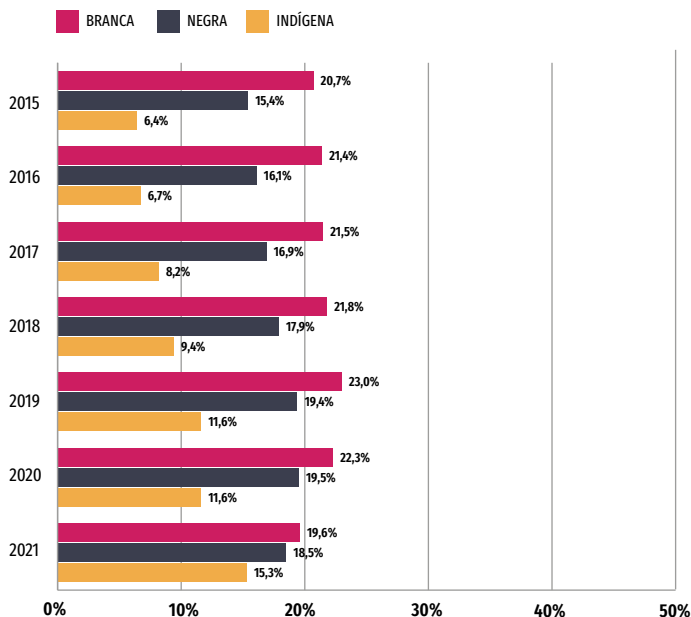
Crianças e adolescentes de até 14 anos de idade em faixas de rendimentos domiciliares *per capita* segundo cor/raça – Brasil, 2020

FAIXA DE RENDIMENTO DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> (INCLUSIVE RENDIMENTOS EM CARTÃO/TÍQUETE TRANSPORTE OU ALIMENTAÇÃO)	COR/RAÇA		TOTAL
	BRANCOS	NEGROS	
Até ¼ de salário-mínimo	1.904.002	5.680.607	7.651.899
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	3.877.607	8.021.487	11.951.921
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	5.699.076	7.777.883	13.503.262
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	4.080.781	2.977.308	7.060.688
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	1.235.634	546.249	1.784.341
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	907.483	307.583	1.215.284
Mais de 5 salários-mínimos	803.688	113.737	918.540
TOTAL	18.508.271	25.424.854	44.085.935

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Educação Infantil – acesso a creches

Taxa bruta de matrículas em creches segundo cor/raça – Brasil, 2015 a 2021²⁰



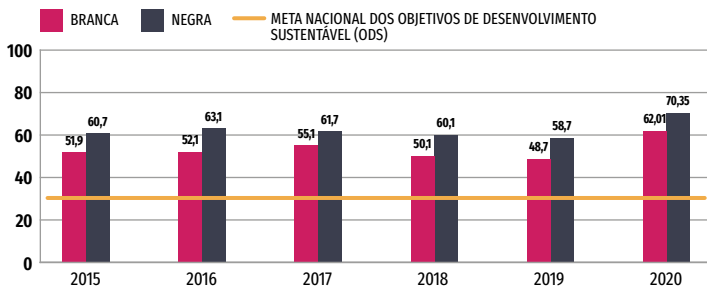
Fonte (matrículas): Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

População de referência: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

²⁰ São considerados “brancos” aqueles identificados a cor/raça branca ou amarela e “negros” aqueles identificados a cor/raça preta ou parda.

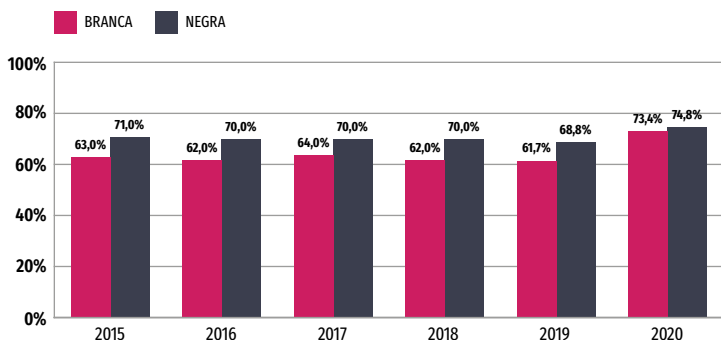
Saúde

Razão da mortalidade materna segundo cor/raça da mãe (para cada 100 mil nascidos vivos) – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020²¹



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Proporção de óbitos por causas claramente evitáveis de menores de um ano de idade segundo cor/raça - Brasil, 2015 a 2020



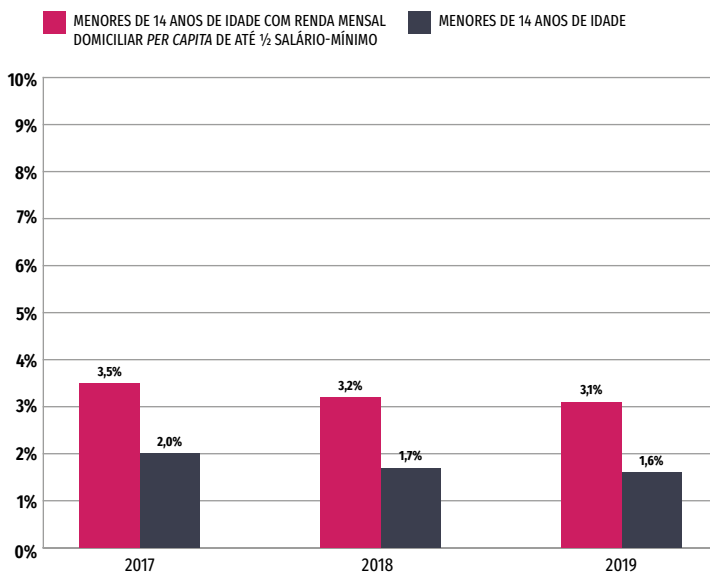
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

²¹São considerados "brancos" aqueles identificados a cor/raça branca ou amarela e "negros" aqueles identificados a cor/raça preta ou parda.

Condições de habitação e moradia

A seguir, selecionamos as crianças e os adolescentes de até 14 anos de idade e aqueles nesta faixa etária que vivem nas classes de rendimento mais baixos. A partir desta desagregação, é possível observar que as condições inadequadas de moradia tendem a ter maior incidência entre as crianças e os adolescentes mais pobres.

Proporção de crianças e adolescentes de até 14 anos de idade residindo em domicílios construídos predominantemente com materiais não duráveis segundo classe de rendimento – Brasil, 2017 a 2019



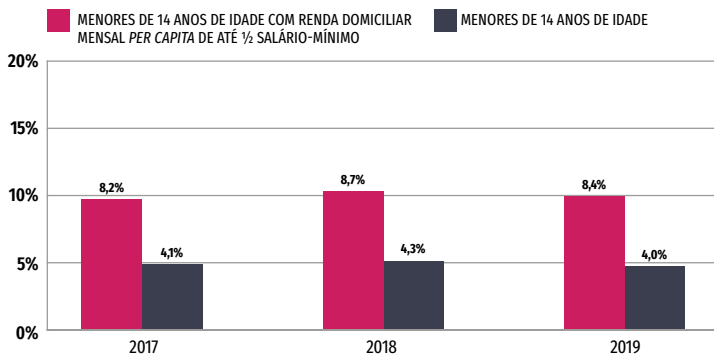
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Crianças e adolescentes de até 14 anos de idade residindo em domicílios construídos predominantemente com materiais não duráveis segundo classe de rendimento – Brasil, 2017 a 2019

GRUPOS DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA	2017	2018	2019
Menores de 14 anos de idade com renda mensal domiciliar <i>per capita</i> de até ½ salário-mínimo	694.391	623.306	579.648
Menores de 14 anos de idade	819.993	727.820	680.562

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Proporção de crianças e adolescentes de até 14 anos de idade residindo em domicílios sem banheiro exclusivo segundo classe de rendimento – Brasil, 2017 a 2019



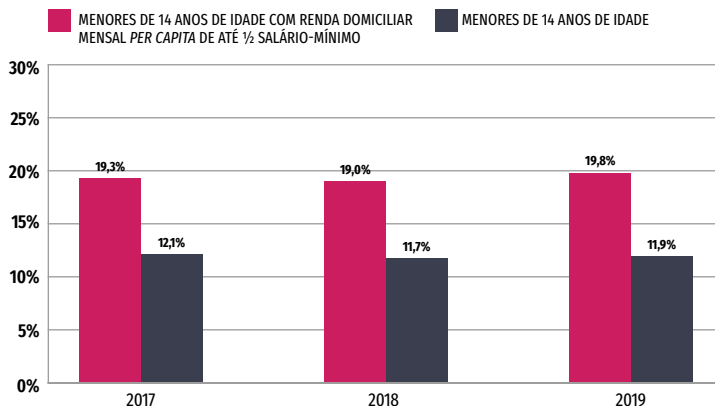
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Crianças e adolescentes de até 14 anos de idade residindo em domicílios sem banheiro exclusivo segundo classe de rendimento – Brasil, 2017 a 2019

GRUPOS DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA	2017	2018	2019
Menores de 14 anos de idade com renda mensal domiciliar <i>per capita</i> de até ½ salário-mínimo	1.630.970	1.679.985	1.570.629
Menores de 14 anos de idade	1.723.848	1.788.901	1.673.063

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Proporção de crianças e adolescentes de até 14 anos de idade residindo em condição de adensamento excessivo segundo classe de rendimento – Brasil, 2017 a 2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

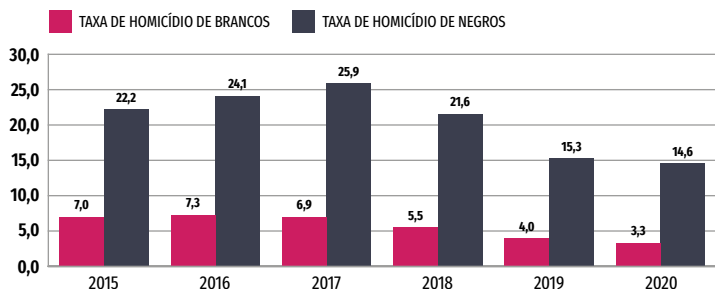
Crianças e adolescentes de até 14 anos de idade residindo em condição de adensamento excessivo segundo classe de rendimento – Brasil, 2017 a 2019

GRUPO DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA	2017	2018	2019
Menores de 14 anos de idade com renda mensal domiciliar <i>per capita</i> de até ½ salário-mínimo	3.093.975	3.027.607	2.993.277
Menores de 14 anos de idade	4.112.568	4.097.089	4.094.977

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Violência

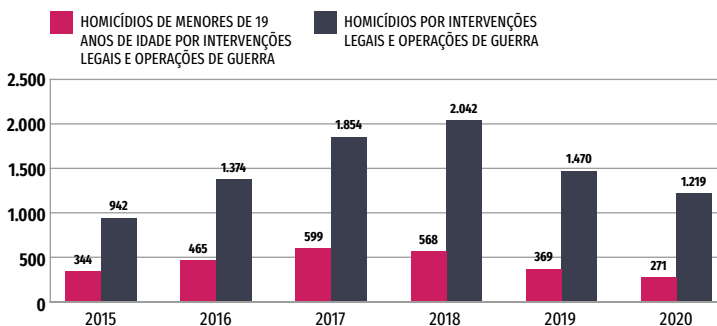
Taxa de homicídios contra crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo cor/raça (para cada 100 mil habitantes) – Brasil, 2010 a 2020²²



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) (dados preliminares) e estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

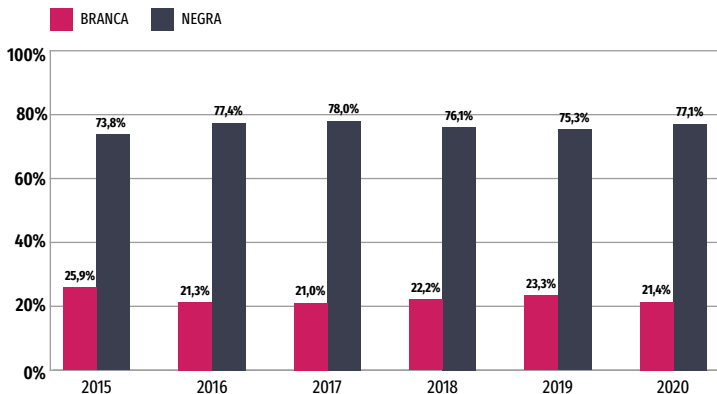
²² A taxa de homicídios segundo cor/raça foi obtida pela razão entre o número de homicídios cometidos contra pessoas de uma cor/raça em um ano e a estimativa populacional para esta cor/raça no mesmo período. São considerados "brancos" aqueles identificados a cor/raça branca ou amarela e "negros" aqueles identificados a cor/raça preta ou parda.

Homicídios por intervenções legais e operações de guerra segundo grupo etário – Brasil, 2015 a 2020



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Proporção de óbitos de menores de 19 anos de idade por intervenções legais e operações de guerra segundo cor/raça – Brasil, 2015 a 2020²³



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

²³São considerados "brancos" aqueles identificados a cor/raça branca ou amarela e "negros" aqueles identificados a cor/raça preta ou parda.

Óbitos de menores de 19 anos de idade por intervenções legais e operações de guerra segundo cor/raça – Brasil, 2015 a 2020

COR/RAÇA	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Branca	89	99	126	126	71	58
Negra	254	360	467	432	189	209
Total	344	465	599	568	264	271

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis





Objetivo 11

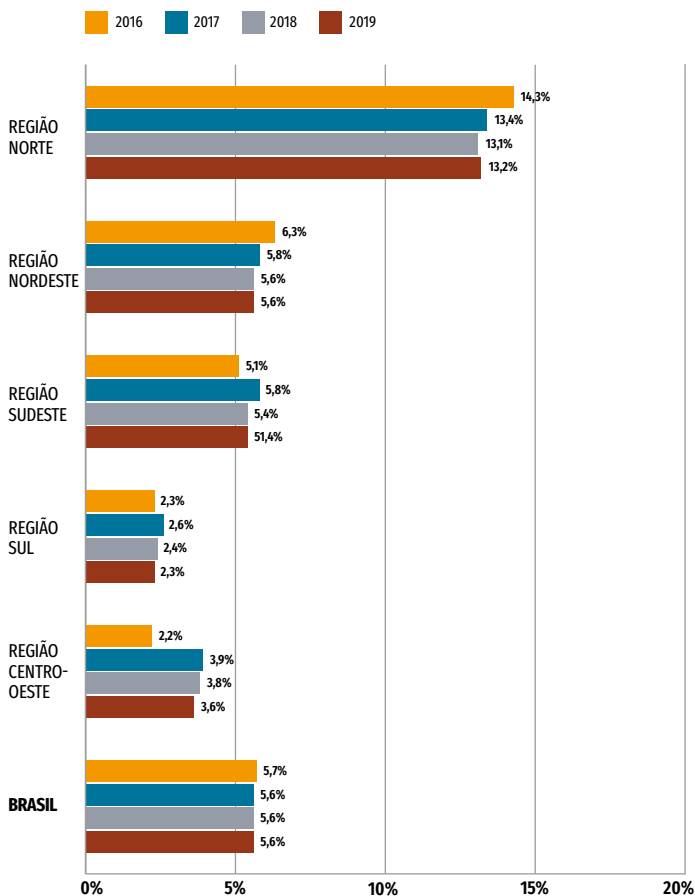
Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Moradia

Meta 11.1 – Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação (PlanHab), com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

Em 2019, 5,4 milhões de pessoas viviam em domicílios sem banheiros ou sanitários de uso exclusivo dos domicílios, 2,3 milhões residiam em domicílios de paredes externas construídas com materiais não duráveis e 9,7 milhões viviam em condições de adensamento excessivo, com mais de três moradores para cada dormitório do domicílio.

Proporção de pessoas residindo em domicílios com adensamento excessivo – Brasil e Grandes Regiões, 2016 a 2019²⁴



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

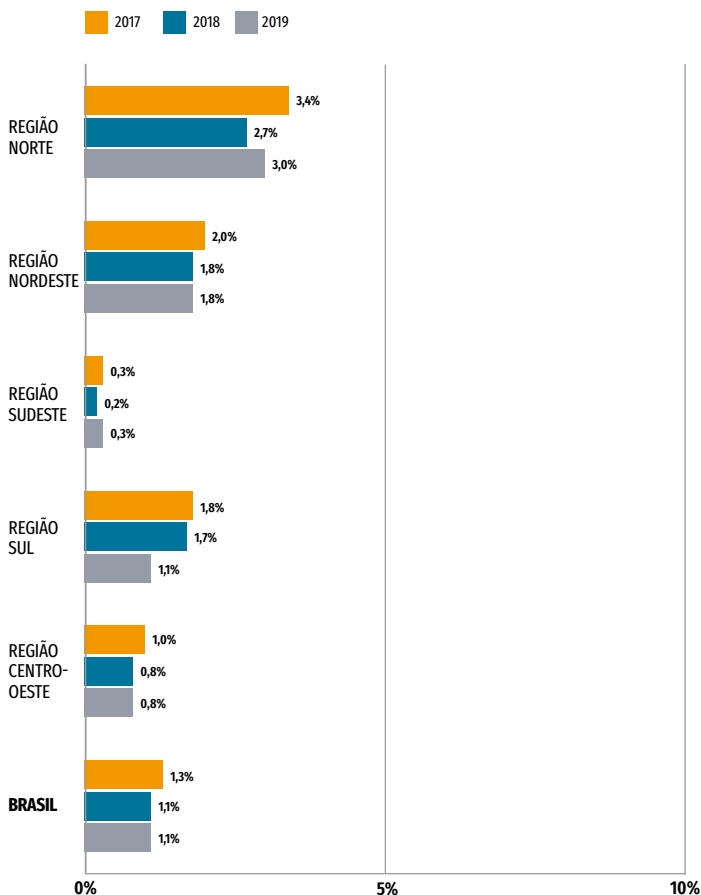
²⁴ Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio onde há mais de três moradores por dormitório.

Pessoas residindo em domicílios com adensamento excessivo – Brasil e Grandes Regiões, 2016 a 2019

LOCALIDADE	2016	2017	2018	2019
Região Norte	2.033.195	1.904.549	1.920.540	1.970.615
Região Nordeste	2.564.890	2.499.849	2.587.269	2.458.369
Região Sudeste	3.800.480	4.374.688	4.200.835	4.227.513
Região Sul	528.429	595.557	544.849	570.317
Região Centro-Oeste	571.176	511.337	477.342	478.133
Brasil	9.498.170	9.885.981	9.730.834	9.704.948

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Proporção de pessoas residindo em domicílios com paredes externas construídas predominantemente de materiais não duráveis – Brasil e Grandes Regiões, 2017 a 2019



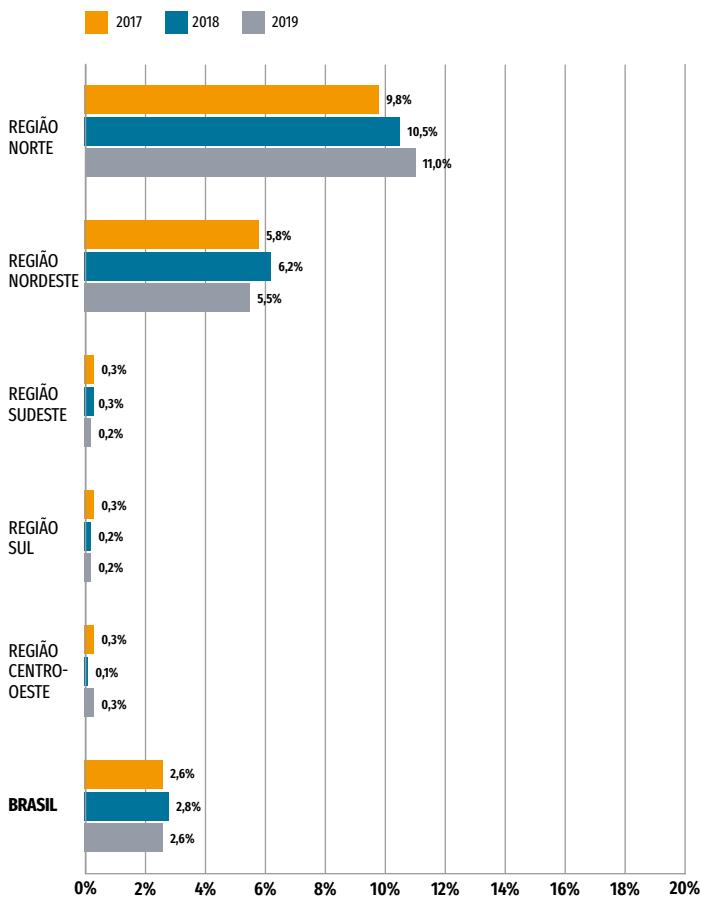
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Pessoas residindo em domicílios com paredes externas construídas predominantemente de materiais não duráveis – Brasil e Grandes Regiões, 2017 a 2019

LOCALIDADE	2017	2018	2019
Região Norte	608.062	487.260	550.127
Região Nordeste	1.136.268	1.027.864	998.764
Região Sudeste	223.454	164.677	233.050
Região Sul	533.729	499.592	325.677
Região Centro-Oeste	161.152	127.924	122.431
Brasil	2.662.665	2.307.317	2.230.051

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Proporção de pessoas residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo – Brasil e Grandes Regiões, 2017 a 2019



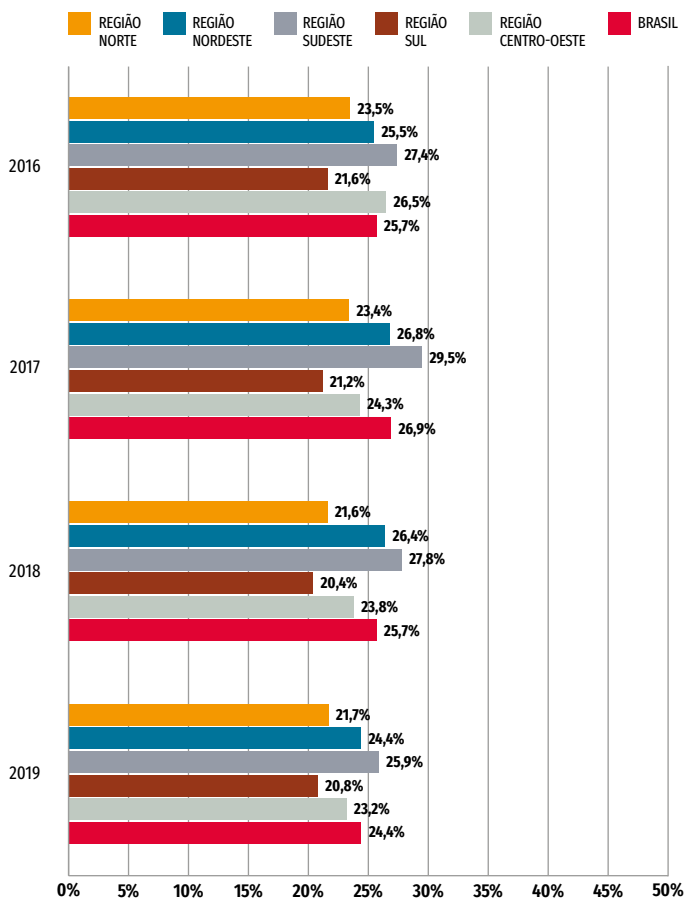
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Pessoas residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo – Brasil e Grandes Regiões, 2017 a 2019

LOCALIDADE	2017	2018	2019
Região Norte	1.732.300	1.873.223	2.001.446
Região Nordeste	3.239.801	3.528.126	3.111.654
Região Sudeste	287.823	254.800	196.449
Região Sul	93.378	71.880	67.187
Região Centro-Oeste	47.227	22.787	42.427
Brasil	5.400.529	5.750.816	5.419.162

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Proporção de pessoas vivendo em situação de ônus excessivo com aluguel, entre as que vivem em domicílios alugados – Brasil e Grandes Regiões, 2017 a 2019²⁵



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

²⁵ Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada, exclusive domicílios sem rendimento, sem declaração de rendimentos ou sem declaração do valor do aluguel.

Pessoas vivendo em situação de ônus excessivo com aluguel, entre as que vivem em domicílios alugados – Brasil e Grandes Regiões, 2017 a 2019

LOCALIDADE	2016	2017	2018	2019
Região Norte	465.403	491.117	453.948	467.330
Região Nordeste	2.232.954	2.042.647	2.108.946	1.964.869
Região Sudeste	4.464.485	4.952.631	4.855.844	4.672.063
Região Sul	1.017.339	1.002.911	985.253	1.070.698
Região Centro-Oeste	373.586	822.783	854.980	849.269
Brasil	8.664.866	9.312.090	9.258.971	9.024.228

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

**Promover sociedades
pacíficas e inclusivas
para o desenvolvimento
sustentável,
proporcionar o acesso
à Justiça para todos e
construir instituições
eficazes, responsáveis
e inclusivas em todos
os níveis**





Objetivo 16

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Violência

Meta 16.1 – Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, inclusive com a redução de um terço das taxas de feminicídios e de homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBT.

No ano de 2020²⁶, mais de 38,3 mil mortes por homicídios foram notificadas ao Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Destes, 6,7 mil foram cometidos contra crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade.

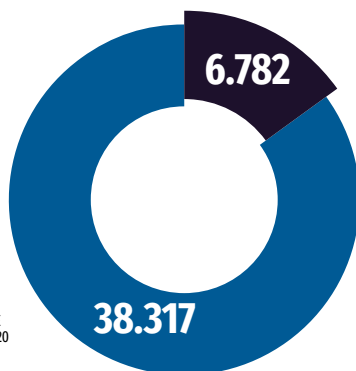
Mortes por homicídio segundo faixa etária – Brasil, 2020



HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ZERO A 19 ANOS DE IDADE



HOMICÍDIOS DE PESSOAS COM 20 ANOS DE IDADE OU MAIS



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

²⁶ Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do ano de 2020 são preliminares e podem sofrer alterações.

Mortes por homicídio – Grandes Regiões, 2020

LOCALIDADE	HOMICÍDIOS DE MENORES DE 19 ANOS DE IDADE	ÓBITOS POR HOMICÍDIOS NO ANO	PROPORÇÃO DE HOMICÍDIOS CONTRA PESSOAS MENORES DE 19 ANOS DE IDADE
Região Norte	916	5.033	18,2%
Região Nordeste	3.574	18.262	19,6%
Região Sudeste	1.227	7.881	15,6%
Região Sul	526	4.283	12,3%
Região Centro-Oeste	539	3.433	15,7%

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

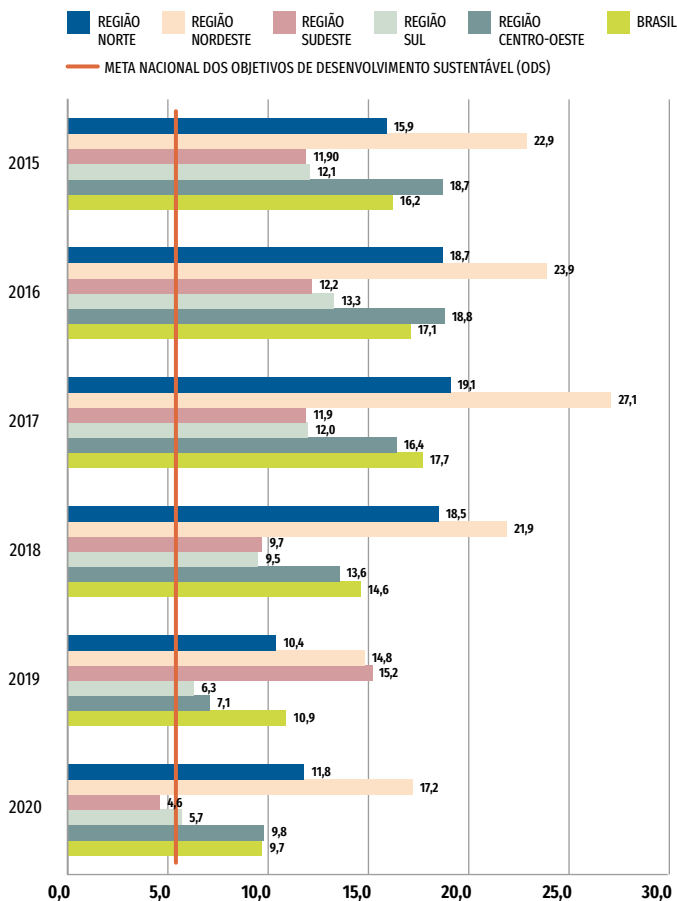
Homicídios de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade por arma de fogo – Brasil e Grandes Regiões, 2020²⁷

LOCALIDADE	HOMICÍDIOS CONTRA PESSOAS ENTRE ZERO E 19 ANOS DE IDADE POR ARMA DE FOGO	HOMICÍDIOS CONTRA PESSOAS ENTRE ZERO E 19 ANOS DE IDADE	PROPORÇÃO DE HOMICÍDIOS CONTRA PESSOAS ENTRE ZERO E 19 ANOS DE IDADE COMETIDOS POR ARMA FOGO
Região Norte	646	916	70,5%
Região Nordeste	2.974	3.574	83,2%
Região Sudeste	941	1.227	76,7%
Região Sul	396	526	75,3%
Região Centro-Oeste	378	539	70,1%
Brasil	5.335	6.782	78,7%

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

²⁷ Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do ano de 2020 são preliminares e podem sofrer alterações.

Taxa de homicídios contra crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade (para cada 100 mil habitantes) – Brasil e Grandes Regiões, 2015 a 2020



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) (dados preliminares).

Mortes de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade por homicídio em intervenções legais – Brasil e Grandes Regiões, 2020²⁸

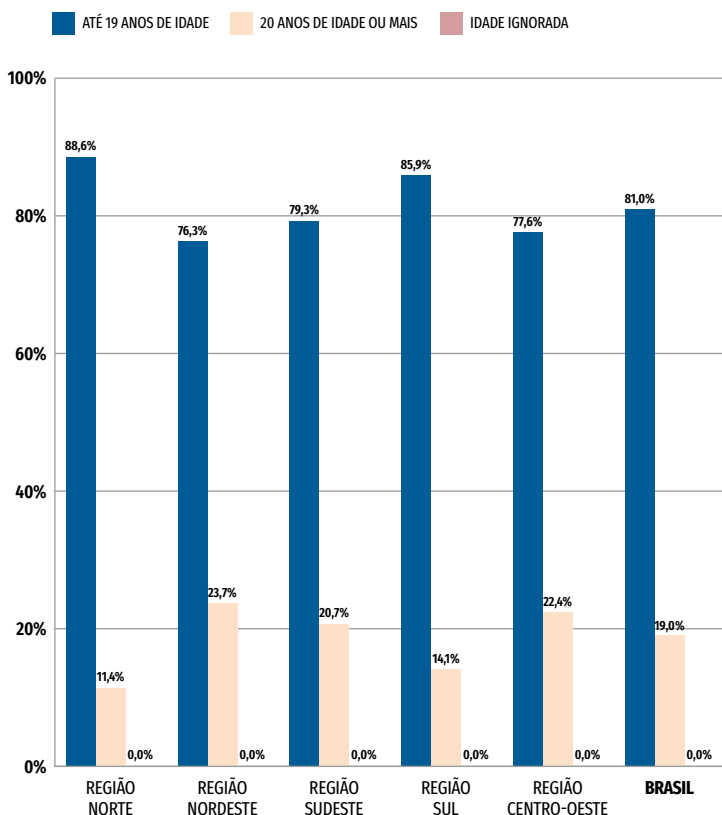
LOCALIDADE	ÓBITOS ENTRE ZERO E 19 ANOS DE IDADE EM INTERVENÇÕES LEGAIS	ÓBITOS POR HOMICÍDIOS EM INTERVENÇÕES LEGAIS	PROPORÇÃO DE HOMICÍDIOS ENTRE ZERO E 19 ANOS DE IDADE POR INTERVENÇÕES LEGAIS
Região Norte	12	57	21,1%
Região Nordeste	141	589	23,9%
Região Sudeste	32	171	18,7%
Região Sul	36	207	17,4%
Região Centro-Oeste	50	195	25,6%
Brasil	271	1.219	22,2%

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

²⁸ Considera-se como homicídio em intervenção legal a soma dos casos notificados ao Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) classificados na CID-10 como "Y35 – Intervenção legal" e "Y36 – Operações de guerra".

Meta 16.2 – Proteger todas as crianças e todos os adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.

Proporção de notificações de negligência e abandono segundo grupo etário – Brasil e Grandes Regiões, 2020



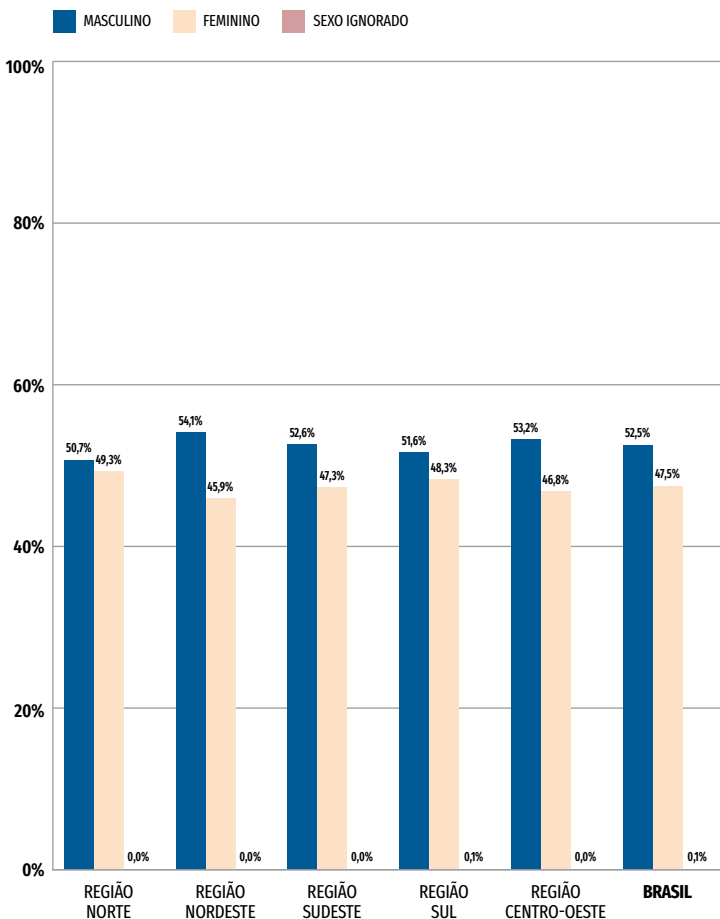
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

Notificações de negligência e abandono segundo grupo etário – Brasil e Grandes Regiões, 2020

LOCALIDADE	ATÉ 19 ANOS DE IDADE	20 ANOS DE IDADE OU MAIS	IDADE IGNORADA	TOTAL
Região Norte	1.530	196	-	1.726
Região Nordeste	5.131	1.593	-	6.724
Região Sudeste	9.796	2.555	1	12.351
Região Sul	9.836	1.618	-	11.455
Região Centro-Oeste	3.053	883	-	3.936
Brasil	29.346	6.845	1	36.192

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

Proporção de notificações de negligência e abandono de vítimas menores de 19 anos de idade segundo sexo – Brasil e Grandes Regiões, 2020



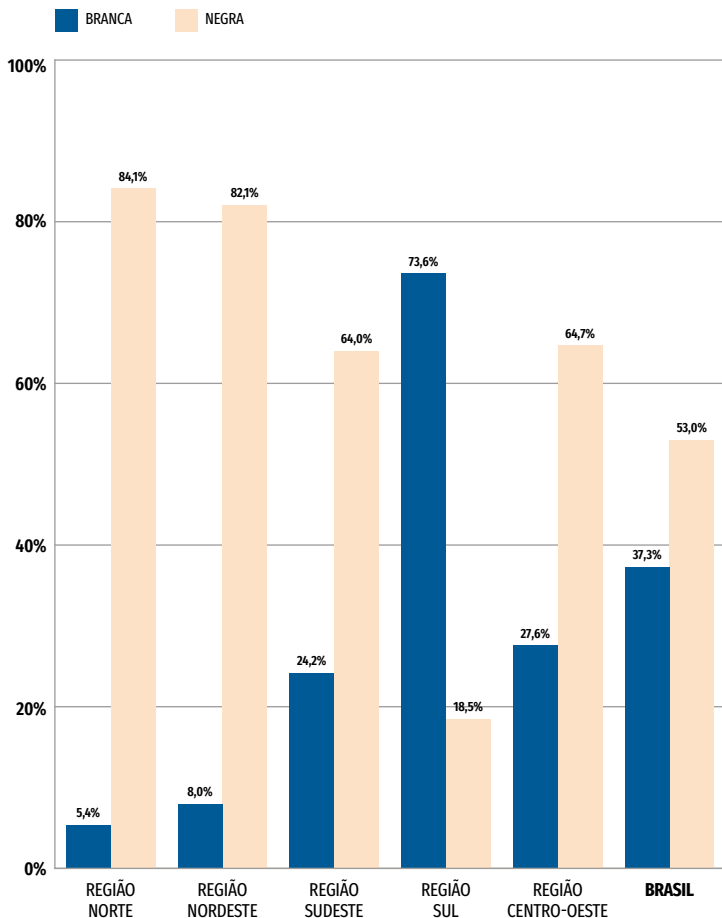
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

Notificações de negligência e abandono de vítimas menores de 19 anos de idade segundo sexo – Brasil e Grandes Regiões, 2020

LOCALIDADE	MASCULINO	FEMININO	SEXO IGNORADO	TOTAL
Região Norte	776	754	-	1.530
Região Nordeste	2.774	2.355	2	5.131
Região Sudeste	5.155	4.637	4	9.796
Região Sul	5.075	4.751	10	9.836
Região Centro-Oeste	1.625	1.428	-	3.053
Brasil	15.405	13.925	16	29.346

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

Proporção de notificações de negligência e abandono segundo cor/raça – Brasil e Grandes Regiões, 2020²⁹



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

²⁹ São considerados "brancos" aqueles identificados a cor/raça branca ou amarela e "negros" aqueles identificados a cor/raça preta ou parda.

Notificações de negligência e abandono segundo cor/raça – Brasil e Grandes Regiões, 2020

LOCALIDADE	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA	COR/RAÇA IGNORADA	TOTAL
Região Norte	80	40	2	1.246	81	81	1.530
Região Nordeste	401	212	10	4.001	18	489	5.131
Região Sudeste	2.327	879	41	5.387	27	1.135	9.796
Região Sul	7.213	360	22	1.456	20	765	9.836
Região Centro-Oeste	814	108	28	1.868	26	209	3.053
Brasil	10.835	1.599	103	13.958	172	2.679	29.346

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).



www.fadc.org.br

[f/fundabrinq](https://www.facebook.com/fundabrinq)

[@fundacaoabrinq](https://www.instagram.com/fundacaoabrinq)